

DECRETO DE RUI RECOMPÕE CONSELHO DO FUNEDIC

OBJ

admin 4 Fevereiro, 2021

Foi publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (04), decreto do governador Rui Costa que recompõe o Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços (Funedic), baseado na nova lei aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro passado. O conselho, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e presidido por seu secretário, tem por finalidade fiscalizar e supervisionar as contas do Fundo.

“Com a instalação do conselho, poderemos dispor de forma imediata de recursos para obras emergenciais no Polo Industrial de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu. Serão destinadas verbas de aproximadamente R\$ 8,2 milhões para manutenção de cinco vias no polo e para a via urbana da CIA Sul. Além disso, vamos poder elaborar um plano de revitalização dos distritos industriais, que envolverá a análise da cadeia produtiva e mapeamento de potencialidades dos distritos, visando atração de novos investimentos para os municípios”, explica o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

O conselho terá a seguinte composição: o secretário e o superintendente da Superintendência de Gestão Patrimonial para o Desenvolvimento Produtivo da SDE, um representante das secretarias do Planejamento (Seplan), da Fazenda (Sefaz) e de Infraestrutura (Seinfra), além de um representante da Fieb e outro da Fecomércio e, por fim, um representante da Cofic e outro do Procia.

COESÃO Declaração foi feita após reunião com presença do presidente da Câmara, Arthur Lira

Pacheco: reforma tributária deve ser concluída em até oito meses

DA REDAÇÃO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou ontem que espera, em até 8 meses, a conclusão da reforma tributária no Congresso Nacional.

A declaração foi feita após ele e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se reunirem com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Rocha é o presidente da comissão mista que elabora a reforma tributária, e Ribeiro é o relator da proposta.

"Ficou definido, juntamente com o presidente [da Câmara] Arthur Lira (PP-AL), que a comissão mista concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro – ouvindo demais membros", disse Pacheco.

"Na sequência, vai iniciar, a tramitação, por uma das Casas legislativas. Isso vai ser amadurecido em fevereiro, e temos uma previsão de que de 6 a 8 meses possamos ter concluída a reforma no Congresso Na-

cional", completou.

Pacheco afirmou ainda que a reforma é muito complexa e precisa ser "asserativa" para não prejudicar setores e estados.

O novo presidente do Senado explica que seu objetivo é ser o mais justo possível e entregar ao País um "sistema de arrecadação mais simplificado, menos burocratizado, com mais justiça social, não inibindo o setor produtivo do Brasil".

Por sua vez, Arthur Lira afirmou que o acordo de procedimento sobre a reforma reforça a tese de que Câmara e Senado vão trabalhar juntos para que as reformas avancem com cronograma determinado e com discussões claras e transparentes. "Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado por essas reformas. Elas têm que andar nas duas casas e pouco importa se começará em uma ou findará em outra", disse o presidente da Câmara.

"Quero que fique claro: nossa preocupação é que as duas Casas entreguem essas reformas ao Brasil", finalizou.



Jefferson Rudy / Ag. Senado / Divulgação

Rodrigo Pacheco foi eleito à presidência do Senado na última segunda-feira

FAORESTE

Justiça aumenta o prazo de afastamento de magistrados

DA REDAÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ampliar o prazo de afastamento de quatro desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia investigados na Operação Faroeste. As desembargadoras Maria da Graça Osório Piomel Leal, Maria do Socorro Barreto Santiago e os desembargadores Gesivaldo Nascimento Britto, José Olegário Monção Caldas serão afastados por mais um ano.

A Operação Faroeste apura a participação de membros do TJ baiano em organizações criminosas especializadas em vendas de decisões e lavagem de ativos, com atuação nos conflitos de terras do Oeste baiano e outras regiões.

Uma das afastadas previamente, a desembargadora Lígia Maria está presa preventivamente desde o último dia 20 de novembro e foi conduzida para o Complexo Penitenciário da Papuda em Brasília. Ela é acusada, junto com a também desembargadora Ilona Márcia Reis, de ter movimentado mais de R\$ 1,7 milhão em propinas com a venda de decisões judiciais de acordo com o MPF.

EMENDAS

Governo ignorou R\$ 37 mi em combate à Covid-19

DA REDAÇÃO

O governo Bolsonaro deixou de utilizar, repassar ou devolver mais de R\$ 37 milhões em emendas parlamentares que haviam sido remanejadas para o combate à Covid-19 no ano passado. Segundo informações do Portal G1, ignoradas pelo Ministério da Saúde, os recursos foram bloqueados e não podem mais ser utilizados.

O dinheiro poderia ser empregado na compra de equipamentos hospitalares

e para ajudar estados e municípios a custear ações de combate à pandemia. Segundo os deputados que cederam os recursos para o gerenciamento na luta contra a covid-19, os recursos ficaram parados por desorganização do governo federal.

Com o valor ignorado pelo governo federal em 2020, seria possível custear 23.144 diárias de UTIs especializadas. Questionado, o Ministério da Saúde não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

ELEIÇÕES 2022

Neto não descarta apoio do DEM a Bolsonaro

DA REDAÇÃO

O presidente nacional do Democratas e ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, afirmou em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo na última quarta-feira que o partido considera a opção de apoiar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nas eleições de 2022.

Apesar de dizer que o Democratas não se aliará a "nenhuma linha de extremismo", Neto afirmou que não há a possibilidade de des-

cartar o apoio ao presidente neste momento.

"Nós não estaremos com os extremos. Você pergunta se eu descarto inteiramente a possibilidade de estar com Bolsonaro. Neste momento não posso fazer isso. Qual Bolsonaro vai ser? Os dois últimos anos que passaram? Não queremos. Agora, haverá um reposicionamento? Para a construção de algo mais amplo, que não fique limitado à direita? Não sei. Então, não posso responder agora", explicou.

ENTREVISTA

Bruno prevê colapso no transporte



FERNANDO VALVERDE

Dado conhecido desde o começo do seu mandato, a crise do transporte público, além da pandemia, tem sido o principal desafio para a gestão do prefeito Bruno Reis (DEM). Com a intervenção da Concessionária Salvador Norte (CSN) tendo sido prorrogada até março, após ausência de medidas de capitalização para resolver as dificuldades financeiras da empresa, o sistema pode entrar em colapso caso a Prefeitura precise continuar arcando com a gestão.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia da Rádio A TARDE FM (103.9), o prefeito afirmou que já foram investidos R\$ 92 milhões no sistema e que a Prefeitura não tem mais recursos próprios para arcar com a intervenção.

"A questão do transporte público é o maior problema colocado na nossa mesa depois da pandemia. Está quebrado em todo país, todos os



Raphael Muller / Ag. A TARDE

Prefeito deu entrevista ao Isso é Bahia, de A TARDE FM

estados e capitais possuem esse problema. Em Salvador estamos com uma concessionária em intervenção desde julho e o investimento da Prefeitura no transporte já chega a R\$ 92 milhões de reais. Não temos esse dinheiro, ainda mais diante da queda de arrecadação e dos investimentos necessários na Saúde, então vamos ter que tomar uma decisão nos próximos dias, mas o fato é que se não houver um apoio do governo federal e um subsídio para o transporte público no País, o sistema entrará em colapso", avaliou.

Bruno evitou falar em reajuste de tarifa na capital, que atualmente custa R\$ 4,20, enquanto não houver uma solução em relação ao futuro da CSN. De acordo com ele, para a resolução da crise, é necessário que o Governo Federal invista em subsídios e facilite a isenção de impostos que permitam uma recuperação do setor frente às dificuldades imputadas pela pandemia de Covid-19.

"Discussão de tarifa nesse contexto é algo até menor nesse contexto. Se paga uma tarifa alta por um serviço precário. O que precisamos

é de subsídios e precisamos desonerar o sistema. Investir na redução do ICMS, do preço do Diesel, do PIS e COFINS para o transporte público para que possamos aprimorar e ter um serviço de qualidade.

Reunião

É previsto que ainda no mês de fevereiro, prefeitos de diversas cidades do país se reúnam com membros do governo e do Congresso Nacional, como os novos prefeitos da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para discutir a questão.

Em dezembro, o presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) vetou um Projeto de Lei (PL) aprovado no Congresso Nacional que previa repasse de R\$ 4 bilhões da União para assegurar a prestação do serviço de transporte público e coletivo em cidades com mais de 200 mil habitantes. Nas razões do veto, Bolsonaro argumentou que o projeto não teve previsão de impacto orçamentário e que os seus gastos poderiam extrapolar o período da calamidade pública em razão da Covid-19 e barrar as contas do governo no Tribunal de Contas da União (TCU)

OPERAÇÃO SPOOFING

Lula reitera 'ilegalidade' de Moro

DA REDAÇÃO

A defesa do ex-presidente Lula protocolou ontem junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) nova perícia de mensagens apreendidas na Operação Spoofing. Os advogados de Lula destacam diálogos para reforçar ação coordenada entre o ex-juiz

Sergio Moro e procuradores da Lava Jato.

O objetivo da reclamação ao STF é obter o acesso integral ao acervo de mensagens apreendidas com hackers em 2019. Na petição protocolada, os advogados de Lula defendem que as novas mensagens submetidas a perícia mostram "graves

Defesa do petista protocolou nova perícia sobre mensagens apreendidas

vícios e impropriedade dos atos de persecução realizados contra ele [Lula] pelo Estado, por meio da autointitulada 'Lava Jato'".

Os advogados sustentam que "sem grande esforço de inteligência, os fatos contidos nos diálogos são de extrema gravidade e revelam toda sorte de ilegalidade". Em nota divulgada na segunda-feira, 1º, ao portal UOL, o ex-juiz e ex-ministro reiterou não reconhecer a autenticidade das mensagens.

Os diálogos mostram, segundo a defesa, que Moro e os procuradores "acompanharam em tempo real as conversas interceptadas ilegalmente nos terminais utilizados pelos advogados constituídos pelo reclamante [Lula]".

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

AVISO DE EDITAL/LEILÃO ELETRÔNICO SAEB Nº 001/2021

A Secretaria da Administração do Estado da Bahia/SAEB torna público que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 9.433/05 e da Lei Estadual nº 9.658/05, realizará **LEILÃO ELETRÔNICO** para a alienação de bens móveis desativados de propriedade do Estado, composto de lotes contendo móveis e veículos, julgados disponíveis pelo Estado da Bahia.

Os bens a serem alienados estarão à disposição para visitação pública no período de 22 a 25/02/2021, na sede da antiga Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial/SUDIC, situada na Rodovia BR 324, KM 607/6, CIA - Simões Filho, na sede do Almoarifado Central do Estado, situado na Rua Carlos Brandão da Silva, s/n, Mata Escura - Salvador e na sede da CAR/Centro de Treinamento - CTN, situado na Avenida Dorival Calimny, 15649, Itapúa - Salvador, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas, por meio de agendamento prévio que deverá ser feito no endereço eletrônico: comissao.leilao@saeb.ba.gov.br ou pelo telefone (71) 3117-8613.

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública exclusivamente eletrônica, no endereço eletrônico www.leiloesjudiciaisbahia.com.br, no dia 26/02/2021, às 09:30h.

O ato alienatório será conduzido pelo leiloeiro oficial Sr. Paulo Cezar Rocha Teixeira, consoante sorteio eletrônico realizado a partir do Sistema de Credenciamento nº 001/2020 - SAEB. O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las senão por moléstia ou impedimento ocasional, situação em que será substituído pelo leiloeiro oficial Sr. José David Gonçalves de Melo, conforme sua indicação, atendidas as prescrições contidas no Art. 13º do Decreto Federal nº 21.981/32.

Condições de pagamento: o pagamento deverá ocorrer integralmente, à vista, por transferência ou depósito bancário, conforme orientações do leiloeiro que serão enviadas ao arrematante através do e-mail informado no cadastro, no prazo de 24 horas. O não pagamento integral do valor do bem arrematado implica o cancelamento da arrematação e o direito do leiloeiro de cobrar sua comissão judicial ou extrajudicialmente.

O licitante vencedor pagará ao leiloeiro a comissão de: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação.

Os bens objeto deste leilão serão isentos do ICMS, conforme Instrução Normativa SEFAZ nº 021, de 11.02.92, do Departamento de Administração Tributária - DAT, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Período de retirada: de 01 a 12/03/2021. A retirada poderá ser efetuada no horário das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 16:30 horas, por meio de agendamento prévio que deverá ser feito no endereço eletrônico: comissao.leilao@saeb.ba.gov.br

O Edital completo e todas as informações sobre o Leilão poderão ser obtidas nos sites: www.comprasnet.ba.gov.br/ ou www.leiloesjudiciaisbahia.com.br, ou pelos telefones: (71) 3115-3191 e 3117-8613.

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
Secretário da Administração

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

1º Leilão: 18/02/2021 às 10h00 | 2º Leilão: 25/02/2021 às 10h00

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciários: JOSE MARCOS VILELA COSTA e sua mulher ELIZANETE PEREIRA TRINDADE COSTA

LOTE 04 - LAPÃO/BA - TEOTÔNIO RODRIGUES
Um terreno urbano, localizado na Avenida Nove de Maio, nº 441, Teotônio Rodrigues, em Lapão/BA, com uma área de 385,02m², ou sejam: 7,80m de frente; 6,00m de fundo; 55,80m ao lado direito e 55,80m ao lado esquerdo. Com as seguintes e atuais limitantes: Nascente, com Josimar Pinto Pereira; Poente com Tito Francisco Trindade; ao Norte, com Via Pública (Rua Projetada) e ao Sul, com Via Pública (Av. Nove de Maio). Av. 02/999 - para constar uma casa residencial construída em alvenaria, coberta com telhas comuns, piso de cerâmica, forro de gesso, com 7 cômodos. Assim distribuídos: 03 quartos, 01 sala, 01 área de serviços, 01 cozinha e 01 banheiro; 01 porta e janela de frente, 01 canteleira na lateral leste e 01 porta de fundo. Assentada em uma área de 385,02m², ou sejam, 7,80m de frente; 6,00m de fundo; 55,80m ao lado direito e 55,80m ao lado esquerdo, sendo desta construída 69,90m², ou sejam, 6,00m de frente; 2,60 + 3,40m de fundo; 11,00m ao lado direito e 12,50m ao lado esquerdo, ficando uma área descoberta de 315,12m² pertencente a mesma. Imóvel objeto da matrícula nº 999 do Oficial de Registro de Imóveis de Lapão/BA.

1º Leilão - Lance Mínimo: R\$ 374.724,04 | 2º Leilão - Lance Mínimo: R\$ 187.362,02

Prestador de Serviço Autorizado: Itaú ZUKERMAN LEILÕES

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
www.ZUKERMAN.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

VAREJO Temporada de liquidações promete aquecer economia baiana

www.atarde.com.br/economia

SEM FESTA Escolas particulares também vão manter aulas online

Comércio de Salvador vai funcionar no Carnaval

THIAGO CONCEIÇÃO

Diante do cancelamento do ponto facultativo do Carnaval 2021, por decisão do governo da Bahia e da prefeitura de Salvador, as escolas da rede de ensino privado manterão as aulas online e o comércio terá funcionamento normal de 15 a 17 de fevereiro, período no qual ocorreriam as festas de rua deste ano. A festa momesca da capital baiana foi adiada por causa da pandemia do novo coronavírus.

Segundo Jorge Tadeu Coelho, diretor financeiro do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe-BA), sem a folia nas ruas, as aulas online da rede privada estão mantidas. "Como não vai ter Carnaval, as aulas seguem normais. Vai ter aulas segunda, terça, quarta, quinta e sexta, sem quaisquer interrupções", explica.

Com a suspensão dos festejos do Carnaval em 2021, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia – Fecomércio-BA orienta que os estabelecimentos comerciais da

capital baiana funcionem normalmente, uma vez que não há impedimentos. A informação foi dada em comunicado para A TARDE.

Ainda segundo o comunicado, nas cidades do interior o comércio deve seguir o que for determinado em cada município. "Há ainda casos específicos por atividade comercial, em que a convenção coletiva de trabalho (CCT) pode estabelecer – ou não – o fechamento do comércio para aquela determinada categoria durante o Carnaval", acrescenta o informe.

Shoppings da cidade

A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), em nota, ratifica que durante o período do Carnaval cada empreendimento seguirá respeitando a legislação do município em que atua, bem como o que determina a CCT, em relação a dias e horários de funcionamento. "A Abrasce reforça que os shoppings seguem um rígido protocolo sanitário desenvolvido em parceria com a área de consultoria do Sírio-Libanês, com o objetivo



Lojas vão abrir normalmente durante o Carnaval

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 11.8.2020

de equilibrar saúde e economia, o que permitiu a manutenção dos mais de três milhões de empregos gerados pelo setor", diz o texto.

O presidente da Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado (Fetur-BA), Sílvio Pessoa, afirma que o cancelamento do ponto facultativo para o Carnaval não vai afetar a lógica de funcionamento dos hotéis em Salvador. No entanto, reconhece que a ausência da folia nas ruas vai trazer impactos.

"O setor vai funcionar normalmente, mesmo não sendo feriado. E a expectativa é de uma procura razoável de visitantes. Esperamos uma ocupação em torno de 70% no período do Carnaval. Mas com uma diá-

ria 40% menor, na relação com o Carnaval passado. Lembrando que nos últimos anos tivemos ocupação de 95% durante o período", diz Sílvio Pessoa.

Agências bancárias

No âmbito dos estabelecimentos bancários, em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informa que o calendário de feriados está mantido e nos dias 15 e 16, segunda e terça-feira de Carnaval, não haverá atendimento ao público nas agências. Já na quarta-feira de Cinzas, dia 17, o início do expediente será às 12h, com encerramento em horário normal de fechamento das agências. Nas localidades em que as agências fecham antes das 15h, o início do

atendimento ao público será antecipado, de modo a garantir o mínimo de três horas de funcionamento.

"A Febraban orienta os clientes a utilizarem os canais digitais, como sites e aplicativo dos bancos, para a realização de transferências e pagamento de contas nos dias em que não houver expediente bancário nas agências. As contas de consumo (água, energia, telefone etc.) e carnês com vencimento em 15 ou 16 de fevereiro poderão ser pagos, sem acréscimo, na quarta-feira, 17", conclui a nota.

No último dia 2, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-BA), Lourival Almeida, decretou expediente normal no órgão para os dias de Carnaval, no ho-

Nas cidades do interior o comércio deve seguir o que for determinado em cada município, anuncia comunicado da Fecomércio

rário de 9 às 15 horas. No caso da Defensoria Pública do Estado, o funcionamento no período segue normal, das 9 às 15 horas, mas sem os tradicionais plantões de Carnaval, devido a não realização dos festejos de rua. "Posteriormente, caso a prefeitura decida realizar o Carnaval, o plantão acontecerá", informa o órgão.

Os Correios, em comunicado para A TARDE, avisam que na segunda e terça-feiras de Carnaval, 15 e 16, não haverá atendimento nas agências e também não ocorrerá a entrega de objetos postais. A Central de Atendimento dos Correios (CAC) também não funcionará nessas datas, mas a consulta de manifestações e rastreamento de objetos estarão disponíveis 24 horas, todos os dias da semana.

O atendimento e as entregas serão retomados na quarta-feira, 17. A CAC atenderá normalmente, das 8h às 20h. Os clientes poderão obter informações sobre produtos e serviços ou registrar manifestações na página dos Correios: www.correios.com.br.

BENEFÍCIO

Cerca de 1,4 mi de pessoas não sacaram auxílio

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

Cerca de 1,4 milhão de pessoas não movimentaram os recursos do auxílio emergencial, e R\$ 1,3 bilhão foram devolvidos aos cofres públicos.

De acordo com o Decreto nº 10.316/2020, que regulamentou o benefício, o prazo para movimentar o dinheiro a partir do crédito na conta social digital é de 90 dias. No caso dos beneficiários do Bolsa Família que receberam o auxílio, o prazo foi de 270 dias.

O Ministério da Cidadania explicou que, ao longo de 2021, ainda serão realizados pagamentos resultantes de contestações de benefícios negados e que forem con-

O auxílio emergencial foi criado em abril de 2020 pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis

siderados elegíveis.

Reavaliações

O governo federal também está fazendo reavaliações decorrentes de atualização da base de dados. No dia 28 de janeiro, já houve um pa-



Marcos Santos / USP Imagens / 20.7.2011

O valor de R\$ 1,3 bilhão foi devolvido aos cofres públicos

gamento de auxílios emergenciais após essas análises e revisões.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pande-

mia de Covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

O calendário de liberação de saques do benefício foi encerrado no dia 27 de janeiro. O programa de transferência de renda atendeu 67,9 milhões de brasileiros e gastou R\$ 292,9 bilhões em auxílios.

INDÚSTRIA

Produção de veículos cai 4,6% de dezembro para janeiro

FLÁVIA ALBUQUERQUE

Agência Brasil, São Paulo

A produção de veículos no país caiu 4,6% em janeiro na comparação com dezembro de 2020, ao passar de 209,3 mil unidades para 199,7 mil. Comparada à produção de janeiro de 2020, quando foram produzidas 191,7 mil unidades, houve aumento de 4,3%. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Apesar das dificuldades, foi um bom número. Temos falado que a logística tem feito um trabalho excepcional porque ainda temos descompasso e dificuldades e fomos capazes de produzir um bom número para janeiro. Foi menor do que dezembro, mas melhor que janeiro de 2020, considerando todas as circunstâncias", disse o presidente da Anfavea, Luís Carlos Moraes.

Segundo os dados, as vendas caíram 29,8% em janeiro, com o licenciamento de 171,1 mil unidades ante as 244 mil comercializadas em dezembro. Na comparação com janeiro do ano passado, quando foram vendidas 193,5 mil unidades, a retração foi de 11,5%.

As exportações chegaram a 25 mil unidades em janeiro, 34,8% a menos do que o registrado em dezembro, quando foram comercializadas no mercado externo 38,4 mil unidades. Na comparação com janeiro de 2020, houve um aumento de 21,9%.

APLICAÇÃO

Poupança registra retirada recorde

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Depois da captação recorde de recursos em 2020, a aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros iniciou 2021 com forte retirada. Em janeiro, os investidores retiraram R\$ 18,15 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem o Banco Central (BC).

O resultado é o maior registrado para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995. Em janeiro

do ano passado, os brasileiros tinham sacado R\$ 12,36 bilhões a mais do que tinham depositado.

Tradicionalmente, o primeiro mês do ano é marcado por retiradas expressivas de recursos da caderneta de poupança. O pagamento de impostos e despesas como material escolar e parcelamentos das compras de Natal impactam as contas dos brasileiros no início de cada ano.

No ano passado, a poupança tinha captado R\$ 166,31 bilhões em recursos, o maior valor anual da série

histórica. O pagamento do auxílio emergencial e as instabilidades no mercado de títulos públicos nas fases mais agudas da pandemia de Covid-19 atraíram o interesse na poupança, mesmo com a aplicação rendendo menos que a inflação.

Rendimento

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança rendeu apenas 1,97% nos 12 meses terminados em janeiro, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado prévia da inflação, atingiu 4,23%. O IPCA cheio de janeiro será divulgado na próxima terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A perda de rendimento da poupança está atrelada a dois fatores. O primeiro foram as recentes reduções da taxa Selic (juros básicos da economia) para o menor nível da história. Atualmente a taxa está em 2% ao ano. O segundo foi a alta nos preços

dos alimentos, que impactou a inflação no segundo semestre do ano passado.

Para este ano, o boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 3,53% pelo IPCA. Com a atual fórmula, a poupança renderá 1,4% este ano, caso a Selic de 2% ao ano fique em vigor durante todo o ano. O rendimento pode ser um pouco maior caso o Banco Central aumente a taxa Selic nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

SALVADOR

salvador@grupoatarde.com.br

CORONAVÍRUS **Lacen-BA detecta seis linhagens diferentes no estado**

www.atarde.com.br

SPUTNIK V Para o secretário estadual da Saúde, a vacina russa, com alto grau de eficácia, pode se tornar um dos principais imunizantes usados no Brasil

Vilas-Boas: 'Saindo o registro, vacinamos em uma semana'

CÁSSIO SANTANA

O governo da Bahia espera, com ansiedade, o registro da vacina de origem russa, Sputnik V, anunciou o secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, ontem. De acordo com Vilas-Boas, o governo do estado negocia um contrato de aquisição emergencial do imunizante.

Após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciar a retirada da exigência da fase 3 dos testes do imunizante no Brasil, na quarta-feira, 3, o secretário mostrou-se esperançoso e previu celeridade na aquisição das vacinas para o estado. "Nós, do governo da Bahia, por orientação do governador [Rui Costa], estamos negociando um contrato de aquisição emergencial com os russos, para que assim que saia o registro [junto à Anvisa], no dia seguinte possamos embarcar a vacina e trazer aqui para os baianos", declarou Vilas-Boas.

"Primeiro, a gente precisa que a Anvisa registre. Ontem foi retirada a principal barreira [exigência da fase 3 dos testes]. A Anvisa informa que, em situações que não há estudos no Brasil [que é o caso da Sputnik V], a previsão de liberação é de 30 dias. Um prazo relativamente longo para nós que estamos na pandemia. Saindo o registro, na semana seguinte já teremos a vacina aqui na Bahia", prometeu.

Segundo Vilas-Boas, a vacina russa pode se tornar um dos principais imunizantes



Governo do estado negocia aquisição emergencial, diz secretário

Shirley Stolze/ Ag. A TARDE

no plano de imunização nacional. "É provável que a Sputnik venha a se tornar mais importante do que a [vacina de origem chinesa] Coronavac na imunização do povo brasileiro, se assim o governo federal decidir adquirir a vacina", disse.

Amparo internacional

Embora não haja estudos clínicos específicos para brasileiros, Vilas-Boas defendeu que a vacina tem sido estudada internacionalmente, com resultados satisfatórios.

"O estudo já existe, foi publicado antontem em uma revista importante da medicina, e não havia nenhum sentido em repetir esse estudo em brasileiros, nenhum país do mundo fez isso", argumentou.

Com a queda da exigência dos testes da fase 3, o secretário espera maior agilidade na liberação do primeiro lote do fármaco destinado ao estado, com 50 milhões de doses.

"Agora que foi retirado esse empecilho, nós poderemos, em 30 dias, ter o uso

emergencial da Sputnik, para o qual temos um acordo para adquirir 50 milhões de doses. Fomos o primeiro lugar do mundo a fazer um acordo com os russos, e em função desse protagonismo, nós hoje temos esse acesso prioritário", destacou o secretário. "E mais: para nós eles garantiram 150 milhões de doses. São 10 milhões agora em fevereiro e março, mais 70 milhões até dezembro, todas importadas da Rússia. Depois, mais 80 milhões que serão fabricadas em Brasília", acrescentou.

Prefeito Bruno Reis quer fazer compra direta das vacinas



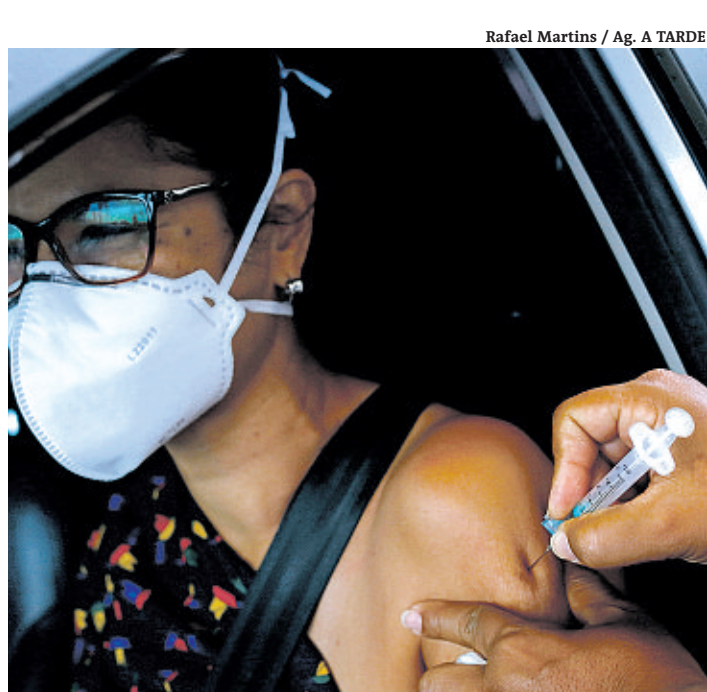
FERNANDO VALVERDE

A retirada da exigência de realização de estudo de fase 3 no Brasil para a aprovação do uso emergencial de vacinas, o que possibilitará por exemplo o uso da vacina russa Sputnik V, foi comemorada pelo prefeito Bruno Reis (DEM) em entrevista para o programa Isso é Bahia da Rádio A TARDE FM (103.9), na manhã de ontem.

Com 64.972 vacinados até as 10h de ontem, Salvador ainda está longe de cumprir a meta estipulada no primeiro grupo prioritário do Plano Municipal de Imunização, que é de 572 mil pessoas. Logo, de acordo com o prefeito, a medida é importante para ampliar o leque de opções de vacinas para imunizar a população.

"Ontem a Anvisa permitiu que possamos se usar vacinas que não passaram por uma fase 3 de testes no país. Essa é uma notícia muito boa. A gente espera que esse ciclo de entregas de vacinas possa ser cada vez maior para que possamos avançar na imunização", afirmou.

Tendo manifestado o interesse na compra direta de imunizantes, sem que precise passar pelo processo de aquisição do governo federal, o prefeito voltou a afirmar que Salvador tem recursos em caixa destinados pa-



Medida ampliará opções de vacina para a população

ra essa negociação e informou que entrou com pedido no Ministério da Saúde para que haja autorização aos municípios para a compra direta das doses.

"Queríamos garantir as vacinas próprias, até por não haver nada mais importante

BRUNO REIS (DEM) COMEMOROU DECISÃO

Prefeito comemorou aprovação do uso emergencial de vacinas sem testes e defendeu a compra direta sem intermédio do governo federal

no momento do que a imunização. Primeiro, porque salvaremos vidas e, depois, eu vejo a vacina como um investimento. Estamos tendo custos elevados com as UTIs e com os profissionais de saúde alocados no combate à pandemia e sabemos dos impactos do isolamento na economia e na vida social das pessoas", disse.

"Então, estamos em negociação permanente com os laboratórios. Ontem eu mandei um ofício para o Ministério da Saúde pedindo que se mude o regimento e possa ser permitido que os municípios adquiram as vacinas. Já fizemos as articulações e operações necessárias para isso", avaliou.

Vacinação já alcança outros grupos de profissionais da saúde

BRUNO BRITO*

Começou ontem em Salvador a vacinação contra a Covid-19 para um novo grupo de trabalhadores de saúde. Nesta etapa, a vacinação está alcançando profissionais que atuam em clínicas, consultórios, multicentros, entre outros tipos de unidades de saúde inseridas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Apenas neste primeiro dia, 3.965 trabalhadores de saúde foram vacinados, segundo o vacinômetro da Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Ao todo, 59.198 trabalhadores já foram imunizados.

Com movimento intenso no centro de vacinação na Faculdade Bahiana de Medicina de Brotas (FBDC), onde são sanadas dúvidas e também feita a vacinação, a imunização contou ainda com o funcionamento dos drive-thrus localizados na Arena Fonte Nova, em Nazaré, no Centro de Convenções, na Boca do Rio, e no Parque de Exposições, na Avenida Paralela. Existem ainda 16 pontos de vacinação fixos, em diversas unidades de saúde da cidade.

No entanto, antes de se dirigir a um dos locais de vacinação, é preciso consultar se o nome do profissional está na lista dos profissionais habilitados, que está disponível no site: www.saude.salvador.ba.gov.br. Para tal, é necessário informar o nome ou o cadastro de pessoa física (CPF). Só neste segmento, cerca de 48 mil cidadãos es-

Trabalhadores de eventos fazem ato em sinaleiras

TÁCIO CALDAS*

Um grupo de profissionais da área de eventos tem realizado, desde ontem, manifestações nas sinaleiras do cruzamento da Vasco da Gama e Garibaldi, no Rio Vermelho. Na ação, eles pedem esmolas nas sinaleiras, procurando chamar a atenção para as dificuldades que enfrentam durante a pandemia do novo coronavírus.

Segundo os trabalhadores, a classe tem sido duramente afetada, direta e indiretamente, pelas medidas de restrição impostas pelas autoridades públicas de saúde. O protesto conta com o apoio da Associação de Profissionais de Eventos (APE).

A ação solidária promovida pela APE, busca ajudar os profissionais que vivem da cultura e eventos a pagarem suas contas, já que não têm conseguido trabalhar. Querem chamar a atenção de toda a população, de governantes, políticos, artistas e da imprensa para a situação crítica que estão vivendo. No protesto, que começou ontem e termina hoje às 14h, o grupo tem parado motoristas nas sinaleiras para pedir "esmolas", a fim de angariar recursos.

De acordo com Adriano Malvar, presidente da APE, tudo começou em 2020. "A gente começou esse protesto lá em agosto. Na última sexta-feira do mês, nós fomos todos de branco pedir ao Senhor do Bonfim que a vacina chegasse, que tudo isso passasse logo para a gente poder voltar as nossas atividades", comentou Adriano. O presidente da APE ainda informou que neste mesmo período houve arrecadação de alimentos. "Distribuímos mais de 6 mil cestas básicas aos profissionais de eventos", pontuou Malvar.

A paralisação das atividades na área se dá por causa do distanciamento imposto pela pandemia. O decreto estadual 19.586, publicado em dezembro de 2020, proíbe eventos públicos ou privados independentemente do número de participantes. "Agora, não tem mais auxílio e cesta básica não paga contas. Temos luz e água cortadas, aluguel atrasado, IPTU atrasado, gente que foi despejado", afirmou.

Esquecidos

Segundo ele, a classe conta com milhares de profissionais. "Na música, há uma média de 30 mil profissionais. Em Salvador, trabalhando na área de entretenimento, são 180 mil, que trabalham direta e indiretamente com isso. Durante o Carnaval, esse número pode chegar a 360 mil profissionais", relatou Malvar.

Edson Costa, técnico de som que atua na área há mais de 40 anos com grandes estrelas da música baiana, como Ivete Sangalo, Banda Eva e muitos outros, chama a atenção para a situação. "Nesse momento eu me vi dentro desse cenário porque eu estou sentindo a dor, eu estou passando aperto", comentou Costa.

Edson Costa ainda afirma que é preciso a união de todas as classes que trabalham na área. "Nós como músicos, como gente da cultura, deveríamos ter um banco de dados único, para sabermos quantos somos e podermos nos organizar. Não somos uma classe reconhecida mas deveríamos fazer parte de um grupo maior que contasse com mais apoio, como a APE faz", avalia Edson. "Fomos esquecidos. A comção já acabou e estamos completamente à deriva", afirmou Edson Costa.

tão sendo convocados para receber as doses. "Se o nome estiver na lista, basta se dirigir aos locais, com o último contracheque e um documento de identificação, que recebe a vacinação", explicou Andréa Salvador, diretora de vigilância à saúde da SMS, durante entrevista coletiva na manhã de ontem.

Se o nome do profissional não estiver na lista, é necessário comparecer ao centro de vacinação na Faculdade Bahiana de Medicina de Brotas (FBDC), portando os dois modelos de declarações disponíveis no site da SMS, junto ao último contracheque.

"Tem que ir até a instituição de trabalho, que está vinculada ao CNES, solicitar uma declaração, além de ir à Faculdade de Medicina de Brotas com o último contracheque, para que sejam vacinados", complementa Andréa. Outro local que pode ser procurado é a FTC, na Paralela.

Este processo de vacinação para trabalhadores de serviços de saúde seguirá até domingo, 7, e vai alcançar médicos, enfermeiros, maqueiros, auxiliares de

serviços gerais, fisioterapeutas, dentistas, fonoaudiólogos, entre outras profissões ligadas à área.

De acordo com a coordenadora de imunização da SMS, Doiane Lemos, todos os trabalhadores de saúde serão vacinados. Mas alguns grupos são priorizados em função da quantidade de doses disponíveis. A chegada de mais doses vai garantir o avanço da imunização.

Pontos fixos

Em Salvador, os pontos fixos de vacinação para os trabalhadores da saúde estão na Unidade de Saúde da Família (USF) São José de Baixo; no Distrito Sanitário (DS) Itapagueira; na Unidade Básica de Saúde (UBS) Sete de Abril (DS Pau da Lima); na USF Dr. Carlos Santana (DS Cabula); na USF Pirajá (DS São Caetano/Valéria); na UBS Nelson Piauhy Dourado (DS Cajazeiras); na USF Federação (DS Barra Rio Vermelho); no Centro de Saúde Virgílio de Carvalho (DS Centro Histórico); e no USF Vale do Matatu (DS Brotas).

Também integram a lista a USF Itapuã (DS Itapuã); USF Resgate (DS Cabula/Beiru); USF Cajazeiras V (DS Cajazeiras); USF Imbuí (DS Boca do Rio); USF Colina de Periperi (DS Subúrbio Ferroviário); CSU Castelo Branco (DS Pau da Lima); Centro de Saúde Péricles Laranjeiras (DS São Caetano/Valéria); e USF San Martin III (DS Liberdade).

*SOB A SUPERVISÃO DO JORNALISTA LUIZ LASSERRE

Na etapa iniciada ontem, 3.965 trabalhadores de saúde foram vacinados

Editorial

É hora de fazer a roda girar

Mais do que um gesto protocolar da política, a reabertura do chamado ano legislativo no Congresso Nacional, em momento de grave crise, representa uma oportunidade única para girar a roda da agenda de reformas e projetos de cunho econômico extremamente importantes para o país em curto e médio prazos. Os discursos do presidente Jair Bolsonaro e dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no retorno das atividades parlamentares passaram uma mensagem positiva para o mercado e a sociedade. Mostraram o interesse dos dois poderes de superar barreiras para acelerar a pauta reformista o quanto antes. No entanto, será preciso ir além das palavras.

De início, Congresso e Palácio do Planalto precisarão evitar os desgastes e choques que travaram discussões de matérias urgentes para reagir à crise, quadro amplificado pelo vazio do Congresso ao longo

da pandemia. Entre as quais, se destaca a reforma tributária, já amplamente debatida no Parlamento e em fase bastante avançada, mas prejudicada pela tentativa do Executivo de se sobrepor ao Legislativo na modelagem do texto. Em entrevista coletiva ao lado do ministro Paulo Guedes na noite de ontem, o presidente do Senado reafirmou o desejo de aprovar a proposta até outubro, e de reduzir arestas com o governo em relação ao novo código tributário ideal.

A declaração, apoiada por

O retorno do Congresso abre as portas para tocar o quanto antes a agenda de reformas

Guedes, deixa claro que a luz voltou a acender no túnel político de Brasília. Em especial, para a PEC que pode modernizar o arcaico sistema de impostos e corrigir distorções do regime de tributos hoje em vigor, que privilegia a arrecadação indireta, aquela na qual a

imensa maioria da carga recai de modo excessivo sobre o lombo do setor produtivo. A frente que se abre agora nas duas Casas, já que o presidente da Câmara também caminhou na mesma direção que seu par no Senado, de defender a celeridade na tramitação e votação da proposta.

Ao mesmo tempo, governo e Congresso precisarão também de harmonia - palavra que vem dominando as falas dos chefes de poderes - para retomar o debate sobre a reforma administrativa, que junto com

a tributária e a da Previdência constituem o tripé do plano de retomada do crescimento. Sem ela, será impossível resolver o grande nó sobre as contas públicas, que é o gasto substancialmente alto com a folha dos servidores.

No horizonte, há ainda a PEC do Pacto Federativo, instrumento pensado para alterar o modelo de repasse de recursos da União para estados e municípios. Sua aprovação garantirá mais R\$ 400 bilhões para os demais entes federativos em 15 anos, promovendo maior justiça na divisão de verbas do governo federal. Com fila tão necessária para andar, a pauta de costumes, bandeira da ala ideológica alinhada ao Planalto e das bancadas conservadoras, deve ficar em segundo plano, para que o ambiente político não vire a mistura de alhos com bugalhos. Não que precisem deixar a mesa. É da tradição democrática debater quaisquer temas. Elas só não necessitam ser priorizadas. Há coisas bem mais relevantes na frente.

24h

ECONOMIA

Poupança tem saída recorde de recursos em janeiro

FINANÇAS Depois da captação recorde de recursos em 2020, a aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros iniciou 2021 com forte retirada. Em janeiro, os investidores retiraram R\$ 18,15 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem o Banco Central (BC).

O resultado é o maior registrado para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995. Em janeiro do ano passado, os brasileiros tinham sacado R\$ 12,36 bilhões a mais do que tinham depositado.

Tradicionalmente, o primeiro mês do ano é marcado por retiradas expressivas de recursos da caderneta de poupança. O pagamento de impostos e despesas como material escolar e parcelamentos das compras de Natal impactam as contas dos brasileiros no início de cada ano.

No ano passado, a poupança tinha captado R\$ 166,31 bilhões em recursos, o maior valor anual da série histórica. O pagamento do auxílio emergencial e as instabilidades no mercado de títulos públicos nas fases mais agudas da pandemia de covid-19 atraíram o interesse na poupança, mesmo com a aplicação rendendo menos que a inflação.

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança ren-

deu apenas 1,97% nos 12 meses terminados em janeiro, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado prévia da inflação, atingiu 4,23%. O IPCA cheio de janeiro será divulgado na próxima terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A perda de rendimento da poupança está atrelada a dois fatores. O primeiro foram as recentes reduções da taxa Selic (juros básicos da economia) para o menor nível da história. Atualmente a taxa está em 2% ao ano. O segundo foi a alta nos preços dos alimentos, que impactou a inflação no segundo semestre do ano passado.

Para este ano, o boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 3,53% pelo IPCA. Com a atual fórmula, a poupança renderá 1,4% este ano, caso a Selic de 2% ao ano fique em vigor durante todo o ano.

O rendimento pode ser um pouco maior caso o Banco Central aumente a taxa Selic nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

O movimento de recursos da poupança coincide com os tradicionais gastos de início de ano como IPVA

Faturamento da indústria sobe em dezembro, mostra CNI

PESQUISA Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que o faturamento da indústria de transformação subiu 1,6% em dezembro de 2020 na comparação com novembro. Mesmo com a pandemia do novo coronavírus (covid-19), as vendas reais encerraram o ano com alta de 0,8% em relação a 2019.

A pesquisa, divulgada ontem identificou ainda que o emprego aumentou 0,2% em dezembro em relação ao mês anterior, o quinto mês consecutivo com alta nas contratações no setor industrial.

De acordo com os dados, a utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria alcançou 80,6% em dezembro, acima da média no ano de 2020, de 76,4%. Esse indicador trata do percentual de máquinas comprometidas na produção, o que, segundo a CNI, em dezembro, aponta para atividade bastante aquecida.

Produção de veículos no país registra queda de 4,6% em janeiro

RETRAÇÃO A produção de veículos no país caiu 4,6% em janeiro na comparação com dezembro de 2020, ao passar de 209,3 mil unidades para 199,7 mil. Comparada à produção de janeiro de 2020, quando foram produzidas 191,7 mil unidades, houve aumento de 4,3%. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

“Apesar das dificuldades foi um bom número. Temos falado que a logística tem feito um trabalho excepcional porque ainda temos descompasso e dificuldades e fomos capazes de produzir um bom número para janeiro. Foi menor do que dezembro, mas melhor que janeiro de 2020, considerando todas as circunstâncias”, disse o presidente da Anfavea, Luis Carlos Moraes.

Segundo os dados, as vendas caíram 29,8% em janeiro, com o licenciamento de 171,1 mil unidades ante as 244 mil comercializadas em dezembro. Na comparação com janeiro do ano passado, quando foram ven-

Montadoras instaladas no país produziram 199,7 mil veículos em janeiro

As exportações chegaram a 25 mil unidades em janeiro, 34,8% a menos em relação a dezembro passado



didas 193,5 mil unidades, a retração foi de 11,5%.

“Janeiro normalmente é um mês mais fraco para o setor, já que dezembro termina em um patamar mais alto todos os anos. É uma queda importante e estamos atentos, mas estamos comparando

dados entre janeiros que tiveram com dias úteis diferentes. De qualquer forma, comparada a dezembro, a queda é importante. Vamos acompanhar mais para frente porque ainda não dá para dizer que tem mudança relevante só a partir de um mês”, analisou Moraes.

FORD VÊ PREJUÍZO CRESCER 64,7%

MONTADORA A Ford registrou prejuízo de US\$ 2,8 bilhões no quarto trimestre, crescimento de 64,7% na comparação anual. A receita da companhia recuou 9% de outubro a dezembro, para US\$ 36 bilhões, ante o mesmo período de 2019.

Além da queda na receita, a última linha do balanço da companhia foi afetada por uma baixa contábil de US\$ 1,16 bilhão relativa a despesas não monetárias devido ao encerramento das operações fabris no Brasil,

anunciado em janeiro.

“A Ford reduziu seu prejuízo operacional na América do Sul pelo quinto trimestre consecutivo, depois, em meados de janeiro, tomou medidas mais enérgicas para conter a persistente fraca demanda da indústria e outras realidades econômicas regionais. A Ford Brasil decidiu encerrar a fabricação em suas três unidades no país”, informou, ontem, a montadora americana em seu comunicado de resultados financeiros.

CRÉDITO RURAL

R\$ 6,5 BILHÕES

é o volume de crédito rural disponível na Caixa Econômica Federal para o primeiro semestre. O valor representa crescimento de 20% em relação ao ano agrícola anterior. Entre as modalidades contempladas nas linhas estão o financiamento da safra verão 2021/2022 e empréstimos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e para investimentos no campo. Segundo a Caixa, as principais culturas financiadas serão soja, milho, algodão, arroz, feijão, mandioca e café, bem como atividades pecuárias.

ALIMENTOS SOBEM PELO OITAVO MÊS SEGUIDO

CRISE O preço dos alimentos no mundo subiu pelo oitavo mês consecutivo em janeiro e atingiu o seu maior nível desde julho de 2014, segundo dados divulgados pela agência de alimentos das Nações Unidas (FAO) ontem.

A alta no mês passado foi de 4,3% em relação a dezembro, puxada por cereais, óleos vegetais e açúcar. No mês, os cereais subiram 7,1% diante de uma oferta menor no mundo, provocada pela grande demanda da China somada à produção menor e estoques mais baixos do que os esperados nos Estados Unidos.

A disparada de 5,8% dos óleos vegetais também foi puxada pela menor oferta global. Isso porque as produções do óleo de palma da Indonésia e da Malásia foram menores do que o projetado, devido ao excesso de chuvas. Já na Argentina, greves afetaram a entrega do óleo de soja.

O preço do açúcar, por sua vez, ficou 8,1% mais caro em janeiro, diante das preocupações com a menor disponibilidade global do produto em 2020/21, após piora nas safras da União Europeia, Rússia e Tailândia, e mais secas do que o normal na América do Sul. Colaboraram ainda para o aumento do açúcar a elevação dos preços do petróleo e a desvalorização do real ante o dólar.

PETROBAHIA INVESTE R\$ 7,9 MILHÕES NO MARANHÃO

COMBUSTÍVEL A empresa baiana Petrobahia será responsável pelo crescimento da cadeia produtiva de combustíveis no Maranhão, levando desenvolvimento para a região Nordeste. A companhia irá investir R\$ 7,9 milhões para a construção de uma base de distribuição e mistura de combustíveis no Distrito Industrial das Balsas, gerando cerca de 70 empregos diretos e centenas indiretos em postos de combustíveis e conveniências no Maranhão, Tocantins e Piauí. A inauguração está prevista para 2021.

INVESTIMENTOS DE BRASILEIROS CHEGAM A R\$ 3,7 TRI

BALANÇO A quantia investida por brasileiros chegou a R\$ 3,7 trilhões em 2020, alta de 13,4% em relação ao ano anterior. É o maior valor desde o início da série histórica, em 2014, de acordo com o levantamento feito pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

No comparativo ano a ano, o aumento de volume financeiro mais expressivo, de 20,3%, foi na categoria de varejo tradicional. Há também o corte de varejo de alta renda (6,7%) e o segmento Private (13,5%).

Pacheco e Lira querem reforma tributária aprovada até outubro

PARLAMENTO Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam um acordo ontem para aprovar a reforma tributária no Congresso em um prazo de seis a oito meses, mas deixaram ainda muitos pontos em aberto sobre o futuro da proposta no Congresso.

Pela negociação, a comissão mista da proposta finaliza o relatório até o fim de fevereiro. Os presidentes das duas Casas não deixaram claro como será o caminho de tramitação da reforma depois que o prazo de funcionamento da comissão mista terminar no fim de março. De caráter informal, a comissão foi criada para fazer um texto de convergência entre a PEC 45, de reforma da Câmara, e a PEC 110, do Senado. Ficou no ar se depois de apresentado o relatório, a tramitação será via Câmara ou Senado.

De um lado, parlamentares resistem em avançar com a medida no sistema remoto, durante a pandemia de covid-19. De outro, há pressão para retirada dos estados e

municípios da reforma e uma tendência para se votar apenas o do projeto de lei do governo, enviado no ano passado, que cria a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS/Cofins, tributos cobrados pela União sobre o con-

“ Se se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, isso é um detalhe até desimportante. Nós vamos buscar um consenso nas duas casas

Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado

“ Estamos absolutamente sintonizados com o governo e a pauta de reformas

Arthur Lira

Presidente da Câmara

sumo. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a votação primeiro do projeto da CBS.

“Os impostos que são de autonomia dos municípios e estados devem ser excluídos. O governo federal vai cobrar ISS, IPTU, IPVA? O que deve ter unificação são os impostos federais”, afirmou o senador Otto Alencar (PSD-BA), indicado para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS) é possível entregar uma reforma no início do segundo semestre, mas sem os impostos estaduais e municipais. “Eu vejo possibilidade de sair alguma coisa da reforma tributária. Não é o que está na proposta da Câmara porque implica o governo abrir mão de receita federal para estados e municípios que saem perdendo.”

Pacheco evitou se comprometer de imediato com detalhes de como será o rito para a votação da proposta, se as duas propostas seguirão separadamente ou se haverá uma convergência no relatório que será apresentado.

MARCOS BRANDÃO / SENADO FEDERAL



Os presidentes da Câmara e do Senado disseram que não discutiram, ontem, o conteúdo da reforma

EMENDAS

R\$ 37 MI

Este é o valor que o governo federal deixou de utilizar, repassar ou devolver em emendas parlamentares que haviam sido remanejadas para reforçar o combate à pandemia de covid-19. Ignorados pelo Ministério da Saúde, os recursos acabaram bloqueados e não poderão mais ser gastos. O dinheiro seria utilizado, por exemplo, para a compra de equipamentos hospitalares

GUEDES PEDE APROVAÇÃO DE PROJETOS

PANDEMIA Após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo federal já sabe como lidar com os efeitos econômicos da pandemia da covid-19 e pediu que o Congresso retome a agenda de reformas.

O ministro teve rápida reunião com Lira no início da noite de ontem, no Ministério da Economia. Na saída, ambos falaram à imprensa sobre a retomada da agenda de reformas.

"Temos o protocolo da crise. Se a pandemia nos ameaçar, nós sabemos como reagir", disse Guedes. "Vamos retomar as reformas ao mesmo tempo [em que ocorre a vacinação contra a Covid] porque a saúde e a economia andam juntas", afirmou. O ministro acrescentou ainda que o Ministério da Economia está "100% à disposição" dos parlamentares.

Senado aprova Medida Provisória que facilita a compra da Sputnik V

IMUNIZANTE O Senado aprovou ontem uma medida provisória que facilita a compra de doses contra a covid-19 da vacina russa Sputnik V, que deve ser fabricada e distribuída no Brasil pela União Química. O governo da Bahia possui um convênio com o instituto desenvolvedor da Sputnik para adquirir doses dela. O texto, que agora vai para a sanção presidencial, também autoriza o acesso do Brasil aos imunizantes por meio do Covax Facility, um consórcio internacional que vai fornecer imunizantes a países em desenvolvimento.

O artigo incluído na Câmara prevê que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conceda autorização excepcional a vacinas aprovadas pelas agências sanitárias da Rússia, da Ar-

gentina e da Coreia do Sul. A Sputnik V já foi aprovada no seu país de origem, na Argentina e no México. Pela legislação atual, esse aval só pode ser dado a imunizantes aprovados em Estados Unidos, Japão, China, Europa e Reino Unido.

Em seu parecer, o senador Confúcio Moura (MDB-RO) fez alteração na redação do trecho para esclarecer que a permissão da agência estrangeira, a ser considerada pela Anvisa, pode ser tanto para registro definitivo ou emergencial. Por se tratar de ajuste de texto, a proposta não precisa voltar para análise na Câmara.

Na última quarta-feira, o Ministério da Saúde afirmou que negocia a compra de 30 milhões de doses do imunizante russo e da vacina in-

diana Covaxin. A Anvisa, porém, ainda aguarda mais informações sobre a segurança e a eficácia dessas vacinas. A agência anunciou, também anteontem, que retirou algumas exigências para que os imunizantes possam ser usados no País.

A pasta prevê se reunir hoje com representantes dos desenvolvedores da vacina e tem expectativa de receber os produtos ainda este mês.

A MP aprovada pelo Senado liberou recursos para permitir a participação do Brasil na Covax Facility, programa coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir a compra de vacinas. O governo deve receber nos próximos dias mais uma remessa de vacinas AstraZeneca/Oxford por meio do consórcio.

O texto, que agora vai para a sanção presidencial, também autoriza o acesso do Brasil aos imunizantes por meio do Covax Facility

Mais*

LACEN-BA VAI DIVULGAR HOJE RESULTADO DAS ANÁLISES EM MAIS 32 AMOSTRAS DO SARS-COV-2



O Lacen-BA foi incluído na rede de sequenciamento genômico do Ministério da Saúde

ENTENDA O VÍRUS?

● **Mutações x Variantes** O novo coronavírus atualmente circulando não é o mesmo que chegou ao Brasil em março de 2020. Ele ganhou novas formas, maior poder de contágio e, em estudos preliminares, é ainda mais letal. Como todos os vírus, o Sars-CoV-2 sofre variações genéticas por meio de constantes mutações. As variantes são as versões do novo coronavírus, como ocorre, por exemplo, nas atualizações do iPhone ou Android. Já as mutações são como as "melhorias" que a atualização proporciona ao celular, mas no caso de um vírus, o que é melhor para ele, não é bom para nós. Desde sua descoberta na China, em dezembro de 2019, o novo coronavírus sofreu diversas mutações. Algumas imperceptíveis e outras mais agressivas, com carga viral que facilita ainda mais o contágio.

● **Seis tipos** B.1.1.28 - entrou no Brasil em fevereiro de 2020, vinda da Europa; B.1.1.33 - detectada no Brasil no começo da pandemia; B.1.1.7 - encontrada no Reino Unido; B.1.1.248 - encontrada no Japão e Brasil; B.1.351 - da África do Sul; P1 - encontrada em Manaus (AM).

re-se aos tipos encontrados em Manaus, África do Sul ou Reino Unido, que são cepas mais contagiosas. As análises contemplam amostras dos cinco últimos meses e demonstram que a vigilância estadual está ativa, possibilitando avaliar a dispersão do vírus no estado e investigar novas linhagens", afirma.

O Lacen, após ter adquirido um sequenciador, está analisando também amostras de todo o Brasil. O Laboratório foi incluído na rede de sequenciamento genômico do Ministério da Saúde (MS), composta por quatro estados. Cada um é o responsável pelo estado de 300 amostras.

*COM A ORIENTAÇÃO DA SUBDIRETORA FERNANDA VARELA E A COLABORAÇÃO DE MOYSES SUZART.

Carolina Cerqueira*
REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redebahia.com.br

Coronavírus multiplicado por seis na Bahia

Pesquisa mostra que vírus em circulação no Estado apresenta linhagens diferentes

Seis variantes diferentes do Sars-Cov-2, o novo coronavírus causador da infecção covid-19, circulam no Estado, segundo anunciou, ontem, o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA) que realizou o sequenciamento de 48 genomas do vírus. O Lacen já analisou 80 amostras do micro-organismo desde setembro. Hoje, mais 32 análises serão divulgadas, 11 delas de pacientes de Manaus que estiveram na Bahia e de pacientes daqui que viajaram para a capital do Amazonas.

Os 48 genomas já sequenciados são de pessoas que moram em território baiano, sendo a maioria de Salvador. Apenas uma das amostras foi encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Seabra e obtida de um paciente residente em São João de Meriti, no Rio de Janeiro.

A diretora geral do Lacen-BA, Arabela Leal, destaca que as amostras foram baseadas na representatividade de todas as regiões geográficas do Estado. "Os 48 geno-

mas sequenciados são provenientes de 25 municípios da Bahia, sendo que todos os pacientes tinham sintomas clínicos característicos, como dificuldade de respirar, cansaço, Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou pneumonia, bem como eram casos suspeitos de reinfeção e óbitos", explica.

VIGILÂNCIA

Segundo Arabela Leal, o objetivo do trabalho de sequenciamento é a vigilância. Para conseguir controlar as va-

riantes, é preciso catalogar cada uma delas, o máximo possível, para se familiarizar com o inimigo e saber até que ponto ele é perigoso.

"No nosso caso, fizemos um projeto inicial de contemplar todas as nove regiões de saúde que o estado possui. A gente quer exemplares de cada região ao longo do período de pandemia", diz.

A diretora do Lacen-BA ressalta que as seis linhagens identificadas não são exclusivas da Bahia e também não são motivo de grande preo-

cupação. "Elas não são as que estão sendo consideradas agora como as mais agressivas. As que a gente recebeu, nos primeiros testes, são cepas que já estão circulando em todo o Brasil. Agora, que estão surgindo essas novas linhagens mais agressivas por aí e que têm preocupado, nós estamos vigilantes aqui para tentar identificar se elas estão ou não circulando no nosso estado", pontua Arabela.

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, reforça. "Nenhuma delas refe-

Processo para fazer o sequenciamento genômico dura uma semana

As amostras do coronavírus são encaminhadas ao departamento de biologia molecular do Lacen-BA, onde todo o processo de sequenciamento genômico dura cerca de uma semana. Antes de passar pelo equipamento Ion

GeneStudio S5 Plus, desenvolvido com tecnologia de sequenciamento NGS, de última geração, as amostras passam pelo processo de extração e são novamente testadas pelo método RT-PCR, para identificar se a presen-

ça do vírus é satisfatória.

As 48 sequências genômicas do vírus Sars-CoV-2 foram analisadas utilizando o software Genome Detective - Coronavirus Typing Tool, disponível online. Uma vez validada a amostra, elas se-

guem para a máquina de sequenciamento. Nas últimas análises, os genomas sequenciados apresentaram uma cobertura superior a 95% do genoma total.

Desde dezembro do ano passado, cientistas do mun-

do todo detectaram novas variantes do vírus, além de novos casos de reinfeções pelo mundo. Em 8 de janeiro, a Bahia registrou o primeiro caso de reinfeção por uma mesma variante em uma paciente de Salvador.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 05/02/2021	Página: 02

Tribuna

De volta

Com a retomada das sessões de julgamento, na última terça-feira (02.02), o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) deu prosseguimento às suas ações em 2021, agora com a totalidade de suas atividades, apesar das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. Durante esta primeira semana de fevereiro, quando realizou três sessões de julgamento (duas plenárias e uma da Segunda Câmara), a Corte de Contas concluiu os julgamentos de oito processos, envolvendo uma prestação de contas de unidade da administração estadual, uma prestação de contas de convênio firmado com Prefeitura Municipal, uma prestação de contas de um Termo de Colaboração, quatro recursos e uma reclamação.

Tribuna

Pacheco e Lira preveem reforma tributária aprovada em 6 a 8 meses

ESTADÃO CONTEÚDO

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam um acordo para aprovar a reforma tributária no Congresso em um prazo de seis a oito meses. Pela negociação, a comissão mista da proposta finaliza o relatório até o fim de fevereiro. Não há uma definição, porém, sobre o caminho da reforma na Câmara e no Senado depois da conclusão no colegiado.

A ideia é que a comissão mista produza um relatório de consenso das duas propostas que tramitam separadamente na Câmara e no Senado.

Apontada como prioritária tanto na lista entregue pelo governo como na relação de Pacheco e Lira, a reforma tributária, em linhas gerais, propõe simplificar a cobrança de tributos com a unificação de vários impostos.

A da Câmara (PEC 45) prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal). Já a do Senado (PEC 110), une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Edu-



OS PRESIDENTES da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam um acordo para aprovar a reforma tributária

cação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal).

O governo enviou apenas a primeira parte da sua reforma tributária. Pelo texto, há a junção do PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Como as mudanças atingem vários setores e os impactos variam conforme as regiões do País, não há muito consenso sobre o tema. Em tese, não haveria mudança na carga tributária, mas na forma de

cobrança, que passaria a ser no consumo e não na produção, além da redistribuição dos recursos arrecadados.

Os chefes do Legislativo se reuniram com o presidente da comissão da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-M), e com o relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mas não detalharam qual será o caminho da reforma após o parecer da comissão.

Há risco de a reforma ser dissolvida e, na Câmara, o

relator ser substituído, conforme antecipou o Estadão/Broadcast. "Se se iniciará pela Câmara ou pelo Senado, isso é um detalhe até desimportante. Nós vamos buscar um consenso nas duas casas", disse Pacheco. "Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas têm que andar, constitucionalmente, nas duas casas e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra", afirmou Lira.

Não há acordo ainda sobre o conteúdo da proposta, que atualmente divide opiniões entre o governo federal, setores e Estados. O ministro da Economia, Paulo Guedes, por exemplo, já defendeu um novo imposto nos moldes da extinta CPMF para reduzir os encargos que as empresas pagam sobre os salários, a chamada desoneração da folha. Os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram que a negociação fechada é sobre o procedimento de discussão.

Pacheco e ponderou que ainda é preciso amadurecer o conteúdo nas duas Casas. Ele apontou necessidade de aprovar uma mudança no sistema de impostos do País sem prejudicar setores nem Estados.

Tribuna

Planejamento estratégico fiscal e de gestão em Salvador é tema de evento

Com o intuito de aperfeiçoar a qualidade da prestação de serviços aos contribuintes, transparência e gestão fiscal, a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) reunirá, até sábado (8), seus principais gestores para elaboração do primeiro planejamento estratégico da pasta. O instrumento traçará metas, prazos e ações a serem implementados pelo órgão durante o quadriênio 2021-2024.

No primeiro dia, diversos temas foram discutidos, a exemplo do

panorama fiscal de Salvador e entendimento dos desafios a serem encarados pela Sefaz nos próximos quatro anos. Na apresentação, o prefeito ressaltou que a situação fiscal da capital baiana hoje é fruto de uma regra de ouro: o equilíbrio fiscal. Ou seja, a cidade precisa arrecadar mais e gastar menos, no sentido de fazer caixa para realizar investimentos.

"O planejamento estratégico permite projetar as ações, até porque não dispomos de recursos sempre de imediato para

tirar todos os programas e projetos do papel. Então, temos que organizar, estabelecer prazos, metas e marcos de entrega. Com base nisso, mobilizaremos as equipes para tomar decisões", destacou Bruno Reis.

Ele lembrou da realidade em que a capital baiana se encontrava em 2013, quando o ex-prefeito ACM Neto assumiu a administração municipal. A época, acrescentou, as finanças da cidade "estavam arruinadas porque a Prefeitura gastava mal e de forma ineficiente".

Rui entrega obra de rodovia e outros investimentos em Piatã e Boninal

Na segunda agenda de ontem (4), na região da Chapada Diamantina, o governador Rui Costa esteve em Piatã para a entrega de obras de infraestrutura e equipamentos agrícolas. Na ocasião, foi inaugurada a requalificação da BA-148 no trecho de Entroncamento BR-242 (Seabra)/Boninal/Piatã/Abaira.

A obra, realizada em 196 quilômetros, recebeu um investimento total de mais de R\$ 73 milhões. Entre o município de Piatã e o Entroncamento da BR-242 são mais de 90 quilômetros de estrada total-

mente requalificada. A pavimentação da rodovia beneficia mais de 223 mil habitantes da região.

"O Brasil vive uma crise econômica profunda desde 2015, mas estamos conseguindo manter a Bahia como segundo maior estado em investimentos ao longo desses anos, inclusive na infraestrutura de estrada. Nesta estrada aqui são mais de R\$ 70 milhões aplicados para garantir a mobilidade das pessoas", afirmou Rui.

BONINAL

A obra de recuperação de 196 quilômetros da

BA-148, que corta parte da Chapada Diamantina, foi inaugurada ontem (4), no município de Boninal. Além da estrada, também foi entregue à população um Ponto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC). "Vamos fazer entregas importantes, como esta da estrada, uma obra que contou com um investimento de mais de R\$ 70 milhões. É bom destacar que a Bahia segue sendo o segundo estado brasileiro em investimentos, e vamos continuar trabalhando", afirmou o governador.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/02/2021	Caderno: Economia



2021: para efeitos tributários, pandemia ficou no ano passado

Leonel Siqueira*

05 de fevereiro de 2021 | 09h30

Leonel Siqueira. FOTO: DIVULGAÇÃO

O ritmo com que começamos 2021 sugere que, do ponto de vista fiscal, a pandemia já passou, uma vez que, além de não contarmos com grandes incentivos relacionados a pacotes emergenciais, pelo menos por enquanto, precisaremos adaptar nosso planejamento orçamentário ao aumento expressivo na carga tributária atual.

Vamos aos números. Nosso país encerrou o ano de 2020 com o índice inédito de queda de 17,85% na arrecadação tributária em relação ao período anterior, de acordo com o acompanhamento realizado pelo Impostômetro. Essa redução está diretamente relacionada com a crise instaurada pela pandemia, que impactou todas as verticais do mercado e, conseqüentemente, o poder aquisitivo dos cidadãos.

Apenas em janeiro, mês tradicionalmente mais fraco no comércio por conta das férias e de compromissos como o IPVA e IPTU, iniciamos os trabalhos com a formalização do pacote de ajustes fiscais previsto pelo governo estadual para mitigar o déficit de R\$10,4 bi nos cofres públicos, o qual focou justamente na suspensão de subsídios tributários de ICMS para categorias sensíveis à sociedade, como os itens da cesta básica e de saúde, além de não-essenciais, como carros novos e usados, gerando uma onda de protestos de diversas entidades representativas desses setores.

Como já sabemos, o aumento da tributação sobre itens essenciais de consumo vai pesar mais no bolso dos contribuintes que possuem menos recursos, que já amargam o aumento recorde de 4,52% da inflação impulsionada pela disparada no valor dos

alimentos. Não vai sobrar dinheiro para esbanjar e, conseqüentemente, a retomada dos negócios para esse ano poderá ser lenta.

Com o aumento de tributos indiretos sobre o consumo como PIS, COFINS e ICMS, podemos projetar o impacto também em uma categoria importante do início do ano: os materiais escolares, cuja tributação chega a dobrar o valor final de itens básicos como caneta, cola e apontador.

No caso das novas regras para aplicação do ICMS, destacamos a criação do complemento para determinadas alíquotas internas menores que a alíquota padrão, a diminuição do percentual de redução da base de cálculo e a inovação da isenção parcial que antes, era integral, para a qual ainda não consta nenhum campo específico nos documentos eletrônicos nem nas escriturações digitais do SPED. Na prática, funciona da mesma forma que a redução, constituindo, entretanto, numa nova categoria de ajuste.

Ainda que não haja muitos horizontes de redução na carga tributária para esse ano, vale lembrar sobre as propostas de reforma na legislação tributária. Acredito que tanto a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), quanto a PEC 45 têm boas chances de serem sancionadas e, ainda que no caso da CBS ocorra um aumento na carga tributária para alguns setores, ao menos ambas simplificarão os processos de tributação existentes, economizando o expediente das empresas dedicado à essa atividade.

Diante desse cenário, a recomendação para as empresas é redobrar a atenção sobre as mudanças nos cálculos tributários e nas escriturações digitais a serem entregues ao Fisco, considerando os novos parâmetros do ICMS, decorrentes dos ajustes fiscais do Estado de São Paulo, uma tarefa complexa, mas indispensável diante do alto custo de inconformidade.

Para isso, é fundamental que as empresas contem com o apoio de soluções tecnológicas para se manterem atualizadas com as movimentações do setor fiscal. Isso porque,

apesar de possuímos um dos sistemas de fiscalização digital mais evoluídos do planeta, nossa complexa legislação ainda joga a favor do aumento do custo Brasil.

***Leonel Siqueira, gerente tributário da Synchro**

Pacheco prevê, em até 8 meses, conclusão da reforma tributária no Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pacheco afirmou que reforma tributária é complexa e precisa ser assertiva para não prejudicar setores e estados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta quinta-feira, 4, que espera, em até 8 meses, a conclusão da reforma tributária no Congresso Nacional.

A declaração foi feita após ele e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) se reunirem com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Rocha é o presidente da comissão mista que elabora a reforma tributária, e Ribeiro é o relator da proposta.

'Ficou definido, juntamente com o presidente [da Câmara] Arthur Lira (PP-AL), que a comissão mista concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro - ouvindo demais membros', disse Pacheco.

'Na sequência, vai iniciar, a tramitação, por uma das Casas legislativas. Isso vai ser amadurecido em fevereiro, e temos uma previsão de que de 6 a 8 meses possamos ter concluída a reforma no Congresso Nacional', completou.

Pacheco afirmou que a reforma tributária é muito complexa e precisa ser assertiva para não prejudicar setores e estados.

O novo presidente disse ainda que o objetivo é ser o mais justo possível e entregar ao país um 'sistema de **arrecadação** mais simplificado, menos burocratizado, com mais justiça social, não inibindo o setor produtivo do Brasil'.

Lira afirmou que o acordo de procedimento sobre a reforma tributária reforça a tese de que Câmara e Senado vão trabalhar juntos para que as reformas avancem com cronograma determinado e com discussões claras e transparentes.

"Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado por essas reformas. Elas têm que andar nas duas casas e pouco importa se começará em uma ou

findará em outra", disse o presidente da Câmara.

"Quero que fique claro: nossa preocupação é que as duas Casas entreguem essas reformas ao Brasil", finalizou.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Política Livre	
Data: 05.02.2021	Caderno: Economia



Empenho do governo Rui vai salvar vidas na Bahia e vira referência para outros estados', diz deputado

BAHIA

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em dispensar testes no Brasil na fase 3 das vacinas contra a Covid-19 também foi recebida pelo deputado estadual Marcelinho Veiga (PSB) com otimismo e esperança de que o Estado proteja sua população e retome o crescimento e o desenvolvimento. Para Veiga, a atuação do governo Rui Costa e da equipe da Secretaria Estadual de Saúde e da Procuradoria Geral do Estado (PGE) foi fundamental para que a agência antecipasse o processo. Nesta quinta-feira (4), o parlamentar falou da importância da decisão da agência para a Bahia e para o país.

“As vacinas devem ter a aprovação de algum órgão de saúde. São certificados de outros órgãos de referência internacional. Então, o que o governo fez, na prática, foi salvar vidas. E isso virou referência para outros estados. É preciso ampliar urgentemente a vacinação no país, e a morosidade do governo federal tem emperrado negociações com empresas que produzem vacinas, e isso não é bom para ninguém. A PGE, aqui da Bahia, entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal [STF], para o estado importar e distribuir os imunizantes já certificados em outros países”, detalha o deputado, que é o segundo vice-presidente da Assembleia da Bahia (AL-BA).

Marcelinho Veiga também fala da atuação do STF e volta a defender união para liberar mais vacinas e para manter o plano de combate rígido contra a pandemia, mesmo após a vacina. A Anvisa deve liberar a compra de imunizantes do instituto russo Gamaleya, que produz a Sputnik V, e do laboratório indiano Bharat Biotech, que faz a Covaxin. “Vai ter maior agilidade para comprar essas vacinas e distribuir o mais rápido

possível aos municípios. A pandemia tem quase 11 meses e precisamos retomar os trabalhos em todos os setores urgentemente. O governo vai comprar milhões de doses da Sputnik V, por exemplo, e vai salvar vidas com toda a certeza”, sintetiza.

Veículo: Política Livre	
Data: 05.02.2021	Caderno: Economia



05 de fevereiro de 2021 | 07:41

Valeu a pressão de Rui Costa, diz Vilas-Boas sobre aprovação de MP no Senado

BAHIA

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, comemorou a aprovação pelo Senado da Medida Provisória que incorpora o Brasil ao Covax Facility, consórcio para acesso global de vacinas contra o coronavírus. A medida agiliza a autorização temporária de imunizantes pela Anvisa para uso emergencial no Brasil e abre caminho para a importação da Sputnik V.

Em sua conta no Twitter, Vilas-Boas creditou à aprovação da MP às pressões do governador Rui Costa e afirmou que a Agência de Vigilância Sanitária tem, agora, 72 horas para autorizar a vacina russa.

Valeu a pressão de [@costa_rui](#). Essa é a mais importante notícia dos últimos meses. O Senado aprovou a MP que agiliza aprovação de vacinas para uso emergencial. Ao reconhecer a Rússia, o Senado determina à Anvisa 72h para autorizar a Sputnik V. <https://t.co/NkOO40wPQI>
— Fábio Vilas-Boas (@fabiovboas) [February 5, 2021](#)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/02/2021	



Decreto do governador recompõe Conselho do Funedic, presidido pela SDE

4 fevereiro 2021

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (4), decreto do governador Rui Costa que recompõe o Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços (Funedic), baseado na nova lei aprovada pela Assembleia Legislativa (Alba) em dezembro passado. O conselho, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e presidido pelo secretário da pasta, tem por finalidade fiscalizar e supervisionar as contas do Fundo.

“Com a instalação do conselho, poderemos dispor de forma imediata de recursos para obras emergenciais no Polo Industrial de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu. Serão destinadas verbas de aproximadamente R\$ 8,2 milhões para manutenção de cinco vias no polo e para a via urbana da CIA Sul. Além disso, vamos poder elaborar um plano de revitalização dos distritos industriais, que envolverá a análise da cadeira produtiva e mapeamento de potencialidades dos distritos, visando atração de novos investimentos para os municípios”, explica o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

O conselho terá a seguinte composição: o secretário e o superintendente da Superintendência de Gestão Patrimonial para o Desenvolvimento Produtivo da SDE, um representante das secretarias do Planejamento (Seplan), da Fazenda (Sefaz) e de Infraestrutura (Seinfra), além de um representante da Fieb e outro da Fecomércio e, por fim, um representante da Cofic e outro do Procia.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/02/2021	



Governo do Estado entrega obra de rodovia e outros investimentos em Piatã

4 fevereiro 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Na [segunda agenda desta quinta-feira \(4\)](#), na região da Chapada Diamantina, o governador Rui Costa esteve em Piatã para a entrega de obras de infraestrutura e equipamentos agrícolas. Na ocasião, foi inaugurada a requalificação da BA-148 no trecho de Entroncamento BR-242 (Seabra)/Boninal/Piatã/Abaíra.

A obra, realizada em 196 quilômetros, recebeu um investimento total de mais de R\$ 73 milhões. Entre o município de Piatã e o Entroncamento da BR-242 são mais de 90 quilômetros de estrada totalmente requalificada. A pavimentação da rodovia beneficia mais de 223 mil habitantes da região.

“O Brasil vive uma crise econômica profunda desde 2015, mas estamos conseguindo manter a Bahia como segundo maior estado em investimentos ao longo desses anos, inclusive na infraestrutura de estrada. Nesta estrada aqui mais de R\$ 70 milhões aplicados para garantir a mobilidade das pessoas”, afirmou Rui.

O secretário de Infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, explicou que, além da recuperação dos 196 quilômetros da BA-148, “vamos fazer algumas interligações para atrações turísticas que precisam de acesso. O governador também recebeu um pleito e vamos estudar para fazer uma parte ligando Boninal e Mucugê, encurtando a distância entre essas duas regiões da Chapada Diamantina”.

Rui ainda entregou cinco tratores agrícolas com implementos, sendo três deles para a prefeitura e outros dois para associações comunitárias de pequenos produtores rurais. A ação representa um investimento de mais de R\$ 438 mil, por meio da Secretaria da Agricultura do Estado (Seagri).

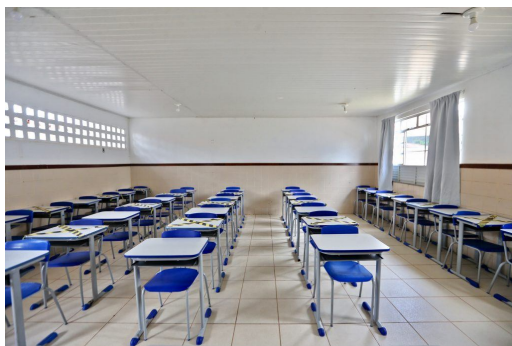


Foto: Paula Fróes/GOVBA

A agenda em Piatã também contemplou uma visita ao Colégio Estadual Coronel Horácio de Matos e às obras do Colégio Municipal Profª Franciane Lima Almeida.

Repórter: Jairo Gonçalves



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 04/02/2021	



Entregue, em Boninal, recuperação de 196 quilômetros da BA-148 e novo Ponto SAC

4 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A obra de recuperação de 196 quilômetros da BA-148, que corta parte da Chapada Diamantina, foi inaugurada na manhã desta quinta-feira (4), durante agenda cumprida pelo governador Rui Costa no município de Boninal. Além da estrada, também foi entregue à população um Ponto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

“Vimos fazer entregas importantes, como esta da estrada, uma obra que contou com um investimento de mais de R\$ 70 milhões. É bom destacar que a Bahia segue sendo o segundo estado brasileiro em investimentos, e vamos continuar trabalhando”, afirmou o governador.

Partindo do entroncamento com a BR-242, passando por Boninal, Piatã e Abaíra, até chegar à cidade de Rio de Contas, a intervenção recuperou exatos 196,18 quilômetros. Coordenada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), a obra contou com um investimento de R\$ 73 milhões.

O autônomo Duarlytt Pereira sempre trafega pela região e conta que a recuperação da estrada interferiu até na rotina do dia a dia. “Estava horrível a estrada. Daqui da BR até Boninal, eu levava duas horas e agora faço o percurso em apenas 20 minutos”, contabilizou.

Ponto SAC

Fruto da cooperação entre a Prefeitura de Boninal e a Secretaria de Administração do Estado (Saeb), o Ponto SAC vai ofertar serviços como emissão de Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Antecedentes Criminais.

O jardineiro Francisco de Matos Filho lembra que precisou tirar documentos em Piatã porque ainda não havia o Ponto SAC em Boninal. “É muito importante esses serviços aqui na cidade porque a gente não precisa mais sair daqui para resolver esse tipo de pendência”, comentou.

Situada na Praça Agenor Gonçalves, a unidade conta com um ponto de atendimento para triagem e entrega de senhas, três guichês para os serviços básicos, além de sala de espera com 31 lugares.

O governador finalizou esta passagem por Boninal visitando o Colégio Estadual Rui Barbosa.

Repórter: Renata Preza

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/02/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 05 de Fevereiro de 2021 - 08:20

Senado aprova MP que aproxima Bahia da aquisição da Sputnik V

A aprovação no Senado da MP 1003/2020 nesta quinta-feira (4) ([veja aqui](#)) aproximou o Brasil e a Bahia da possibilidade de importação e utilização da vacina russa contra a Covid-19 Sputnik V.

Isso porquê além de agilizar a autorização temporária de vacinas pela Anvisa para uso emergencial no Brasil e autorizar o país a participar do Covax Facility, o texto incluiu a agência reguladora russa entre na lista de órgãos estrangeiros cujas autorizações servirão para o Brasil.

"Essa autorização temporária observará as mesmas condições do registro e da autorização de uso concedidos pela autoridade sanitária estrangeira, devendo o fabricante comprometer-se a concluir os estudos clínicos em curso, e será válida enquanto perdurar a emergência em saúde pública decorrente da covid-19", traz a MP.

Com a aprovação a Bahia se aproxima da liberação para uso emergencial da vacina Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, e que é uma aposta do estado. A gestão estadual tem tentado junto à Anvisa a autorização e recorreu até ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O governador Rui Costa (PT) e o secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas tem criticado a burocracia da Anvisa e usado também o argumento de que a vacina russa já vem sendo utilizada em outros país. Entre os exemplos estão os vizinhos Argentina, Paraguai e Bolívia.

Vilas-Boas comemorou a aprovação da MP e deu crédito ao governador baiano. O titular da Sesab reconhecer que "valeu a pressão de Rui Costa". "Essa é a mais importante notícia dos últimos meses. O Senado aprovou a MP que agiliza aprovação de vacinas para uso emergencial. Ao reconhecer a Rússia, o Senado determina à Anvisa 72h para autorizar a Sputnik V", destacou o secretário.

Nesta semana os resultados de eficácia da Sputnik V foram divulgados na revista especializada The Lancet. Os estudos indicaram que o imunizante tem eficácia de 91,6% em casos mais leves da Covid-19 na aplicação de duas doses. os dados se referem aos resultados preliminares de um ensaio clínico da fase 3 do imunizante, publicados na terça-feira (3). A eficácia contra casos moderados e graves da doença foi de 100% ([leia mais aqui](#)).

Ainda na terça-feira a Anvisa anunciou uma mudança na exigência para aprovação emergencial de vacinas: o fim da exigência da realização de testes de fase 3 no Brasil. O requisito vinha sendo intensamente altamente criticada, inclusive pelo Executivo baiano, que estabeleceu um embate pela liberação do uso da Sputnik V. O prazo para avaliação de vacinas sem estudo desenvolvido no Brasil é de até 30 dias ([leia mais aqui](#)).

O governo baiano tem desde agosto do ano passado um contrato de prioridade para recebimento de até 50 milhões de doses da vacina russa. Mas a Anvisa rejeitou pedido inicial de uso emergencial e aguarda mais documentos para analisar a liberação.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/02/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 05 de Fevereiro de 2021 - 06:40

Guedes diz que mais de 30 mi podem ter auxílio emergencial em 2021 se houver ajuste fiscal

por **Bernardo Caram** | Folhapress



O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quinta-feira (4) que eventual pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial depende da criação de um novo marco fiscal que trave outros gastos do governo.

De acordo com o ministro, é possível que um novo pagamento da assistência atenda a metade do público original do auxílio. Desse modo, o número de beneficiados cairia de 64 milhões para aproximadamente 32 milhões. "Os invisíveis, esses nós estamos focalizando a ajuda. É possível, temos como orçamentar isso, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios", disse.

Guedes afirmou que o governo está preparado para agir se a pandemia piorar, mas não deu parâmetros sobre essa piora. A ideia da equipe econômica é incluir uma cláusula de calamidade pública dentro da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que traz gatilhos de ajuste fiscal em momentos de aperto financeiro.

"Você aperta o botão da calamidade pública e podemos atender algumas coisas, travando outras. [É importante] manter a estabilidade fiscal porque se não vamos prejudicar mais ainda a população com inflação voltando, juros altos, crises", disse. O ministro afirmou que grande parte das pessoas que receberam auxílio em 2020 retornou para outros programas sociais, como o Bolsa Família. Por isso, não seria necessário pagar a assistência emergencial novamente a todos.

O ministro deu as declarações após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que cobrou ações do governo na área social.

"A pandemia continua e eu vim ao ministro Paulo Guedes externar a preocupação do Congresso com a assistência social, um socorro que seja urgente para ajudar as camadas mais vulneráveis da população", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/02/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 05 de Fevereiro de 2021 - 00:00

Hospital na Fonte Nova reabre se ocupação de UTIs Covid-19 atingir 85%, alerta Vilas-Boas

por Jade Coelho / Lula Bonfim



O governo do estado está se preparando para uma possível reabertura do Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, como resposta ao avanço da segunda onda de contaminação da Covid-19 na Bahia. A possibilidade foi levantada pelo titular da Secretaria Estadual da Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, em entrevista ao Bahia Notícias nesta quinta-feira (4).

“Nós temos hoje a possibilidade de reabrir a Fonte Nova, caso venha a ser necessário. Eu já determinei que todas as camas, monitores, respiradores, todo o material móvel que a gente havia retirado de lá e guardado nos almoxarifados, já sejam contabilizados e checados, tudo direitinho, para que, caso a taxa de ocupação comece a subir, nós possamos reativar o hospital de campanha da Fonte Nova”, disse o secretário.

O Hospital de Campanha Arena Fonte Nova foi aberto inicialmente no dia 8 de junho de 2020, em meio à primeira onda de contaminação do novo coronavírus. A unidade de saúde chegou a ter 240 leitos exclusivos para o tratamento de pacientes com Covid-19, sendo 100 de terapia intensiva.

Pouco mais de quatro meses depois, no dia 16 de outubro, com a taxa de ocupação nas UTIs do estado em queda, a Sesab decidiu desativar a estrutura. Na época, a Bahia tinha 48% de seus leitos de terapia intensiva reservados para Covid-19 ocupados, o que dava tranquilidade para que o governo abrisse mão de algumas unidades.

Entretanto, do dia em que o hospital de campanha foi desmontado até esta quinta-feira (4), a taxa de ocupação das UTIs na Bahia subiu de 48% para 74%. O governo baiano então

começou a reabrir unidades em todo o estado, para atender à demanda da segunda onda de contaminação. Hoje, a quantidade de leitos é maior do que a existente na primeira fase.

“Se isso ultrapassar 85% no estado todo, a gente vai ter que sentar, conversar e reativar os leitos da Fonte Nova progressivamente. Porque, hoje, a realidade é que já reabrimos todos os leitos que nós havíamos desativado e ampliado mais 79 leitos de UTI no Hospital Espanhol, que não havia na primeira fase”, afirmou Vilas-Boas, estabelecendo uma espécie de “gatilho” para a reabertura do hospital de campanha no estádio.

No boletim epidemiológico desta quinta (4), a Sesab contabilizou mais de 13 mil casos ativos da Covid-19 na Bahia, o maior número desde o dia 22 de agosto de 2020 ([veja aqui](#)). O avanço da pandemia no estado provocou também um aumento considerável da ocupação das UTIs, de 70% para 74% nas últimas 24 horas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/02/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 05 de Fevereiro de 2021 - 00:00

Maioria dos integrantes baianos da comissão da reforma tributária acredita na conclusão em 8 meses

por **Maurício Leiro**

A estimativa do novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para que a reforma tributária seja votada no Congresso em até oito meses ([relembre aqui](#)), também tem adesão dos parlamentares baianos que compõem a comissão mista da reforma tributária. Os dois deputados federais, João Roma (Republicanos) e Afonso Florence (PT), e o senador Ângelo Coronel (PSD), acreditam na possibilidade.

A previsão foi dada após uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta, e com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que preside a comissão mista da reforma tributária. Por não estar presente na reunião por estar licenciado, o senador Jaques Wagner (PT) disse, ao Bahia Notícias, que "é impossível prever um prazo objetivo". O deputado Afonso Florence (PT) vê possibilidade na finalização em "até menos" de oito meses. "O assunto da PEC 45 na Câmara já expirou. Da comissão mista que não é regimental. É um ajuste da Câmara e o Senado expirou, e foi prorrogada. Tem que votar o texto e está pronto. É o da simplificação tributária. Votando, tem que voltar para a Câmara para formalizar em uma nova comissão especial, tem debate. Pode dar 2 meses", disse ao BN.

"A rigor, a ideia é: se o governo quiser tributar as fortunas, os lucros e dividendos. É nela que tramita o IVA. É ela que com todos os partidos de oposição foram acordados. Foram 42 especialistas que elaboraram a proposta. A emenda substitutiva. A da Fenafisco. Tem emendas, a dos estados. Conversei com Arthur e ele disse que quer ouvir a proposta do governo", acrescentou Florence. Apesar de entender que não se pode "estabelecer prazo", o senador Ângelo Coronel (PSD) acredita que oito meses seria um "prazo elástico". "Se fizemos um esforço concentrado num intervalo mais curto. Temos que visar reduzir a carga tributária das empresas e pessoas físicas. Não pode ser de faz de conta. Tem que dar segurança jurídica. Se não vai ficar somente para ser divulgado que foi feita, mas sem uma devida funcionalidade. Temos que reduzir o número de impostos que as empresas estão subordinadas".

"O Super Simples reúne oito impostos. Tem que suprimir uma série de impostos. Torço que seja antes. Contando que o governo diga o que quer. O governo não quer abrir mão de receita, nem os estados e municípios. Temos que fazer uma equação para aumentar receita dos estados e municípios. Tudo acontece lá, tem que ter o maior bolo. Temos que fazer novas fontes alternativas de cobranças de impostos que até então não são cobrados", completou.

Já o deputado federal João Roma (Republicanos) analisa de forma positiva a reunião entre os novos presidentes "para tratar o que pode ser crucial". Roma acredita ser possível realizar a finalização dos trâmites da reforma em até oito meses.

"Se ocorrer uma convergência é factível. Não só politicamente e regimentalmente. A maior construção é política, de entendimento e consenso de simplificadores e desburocratizadores", comentou ao Bahia Notícias.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/02/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 04 de Fevereiro de 2021 - 20:20

Prefeitura de Salvador se reúne para discutir planejamento estratégico fiscal

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) reunirá, até o próximo sábado (6), seus principais gestores para elaboração do primeiro planejamento estratégico da pasta. O instrumento traçará metas, prazos e ações a serem implementados pelo órgão durante o quadriênio 2021-2024, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade da prestação de serviços aos contribuintes, transparência e gestão fiscal.

As atividades tiveram início nesta quinta-feira (4) em um hotel no Rio Vermelho, com diversos temas discutidos, a exemplo do panorama fiscal de Salvador e entendimento dos desafios a serem encarados pela Sefaz nos próximos quatro anos.

Na apresentação, o prefeito Bruno Reis (DEM) ressaltou que a situação fiscal da capital baiana hoje é fruto de uma regra de ouro: o equilíbrio fiscal. Ou seja, a cidade precisa arrecadar mais e gastar menos, no sentido de fazer caixa para realizar investimentos.

“O planejamento estratégico permite projetar as ações, até porque não dispomos de recursos sempre de imediato para tirar todos os programas e projetos do papel. Então, temos que organizar, estabelecer prazos, metas e marcos de entrega. Com base nisso, mobilizaremos as equipes para tomar decisões”, disse o prefeito.

Bruno Reis também reafirmou que, embora a chegada da pandemia do novo coronavírus tenha afetado a arrecadação municipal, a gestão seguirá a promessa de não penalizar o cidadão com aumento de impostos. “O contribuinte está muito sacrificado por conta da pandemia, então, o grande desafio é a gente se reinventar, tentando ser ainda mais eficientes”, disse.

Além do prefeito, o evento teve as participações da vice-prefeita e secretária de Governo (Segov), Ana Paula Matos (PDT); e da titular da Sefaz, Giovanna Victor. Também estiveram presentes o secretário de Gestão (Semge), Thiago Dantas; e a procuradora-geral do Município (PGM), Luciana Rodrigues. Para a construção do planejamento, a prefeitura contratou a consultoria da empresa EloGroup.

“A ideia não é fazer um planejamento etéreo, de sonhos do que queríamos para um mundo ideal, mas sim de construir um portfólio de ações e de objetivos que sejam convergentes com o propósito de Salvador. Tudo o que a Prefeitura faz, cada ação e iniciativa depende da atuação da Sefaz. É ela que angaria e organiza os recursos para que todas ações sejam feitas”, afirmou a secretária municipal da Fazenda.

DEFINIDOS INTEGRANTES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA

OBJ

admin 4 Fevereiro, 2021

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) definiu os integrantes das dez comissões permanentes da Casa para o próximo biênio, em reunião virtual realizada nesta quinta-feira (4). Um acordo entre os líderes das bancadas de governo e oposição permitiu que os nomes dos presidentes e vices dos colegiados, além dos membros titulares e suplentes, fossem aprovados por unanimidade.

Considerada o colegiado mais importante da ALBA, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seguirá presidida pelo deputado Zé Raimundo (PT) e tendo como vice o deputado Paulo Câmara (PSDB). Os demais integrantes titulares da CCJ serão: Euclides Fernandes (PDT), Vitor Bonfim (PDT), Alan Sanches (DEM), Robinson Almeida (PT), Ivana Bastos (PSD) e Antonio Henrique Jr. (PP). Os deputados Luciano Simões Filho (DEM), Fátima Nunes (PT) e Fabíola Mansur (PSB) ficaram como suplentes.

Fabíola Mansur seguirá como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos da ALBA, que terá como vice a deputada Talita Oliveira (PSL). O colegiado terá ainda como membros titulares os deputados Osni Cardoso (PT), Robinson Almeida (PT), Soldado Prisco (PSC), Olívia Santana (PC do B), Rosemberg Pinto (PT) e Bira Coroa (PT). Os suplentes serão Tiago Correia (PSDB), Marquinhos Viana (PSB), Hilton Colho (PSOL) e Jurandy Oliveira (PP).

Já a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da ALBA teve mudanças no comando. O deputado Jacó (PT) substituirá a deputada Neuza Cadore (PT) na presidência do colegiado, que ainda terá como vice o deputado Capitão Alden (PSL). Os parlamentares que vão compor a comissão como membros titulares são Soldado Prisco (PSC), Fátima Nunes (PT), Maria del Carmen (PT), Osni Cardoso (PT), Rogério Andrade Filho (PSD) e Fabíola Mansur (PSB). Os suplentes serão Hilton Coelho (PSOL), Pastor Isidório Filho (Avante), Robinson Almeida (PT) e Jurailton Santos (PRB).

O deputado José de Arimateia (PRB) seguirá na presidência da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da ALBA, enquanto Marcelino Galo (PT) permanecerá na vice. Arimateia se comprometeu a apresentar, já na próxima semana, a pauta de atividades do colegiado. Os demais membros titulares da Comissão de Meio Ambiente são Josafá Marinho de Aguiar (Patriota), Marcelinho Veiga (PSB), Aderbal Caldas (PP), Fátima Nunes (PT) e Zó (PC do B). Serão suplentes os deputados e Jurailton Santos (PRB), Eduardo Sales (PP), Jacó (PT) e Tum (PSC).

O deputado Pedro Tavares (DEM) também continuará na presidência da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, acompanhado do vice Niltinho (PP). Tavares agradeceu os votos dos demais parlamentares em reconduzi-lo para comissão, considerada por ele como uma das mais importantes da Casa. A comissão terá como membros titulares Tiago Correia (PSDB), Eduardo Salles (PP), Maria Del Carmen (PT), Alex Lima (PSB), Roberto Carlos (PDT) e Jusmari Oliveira (PSD). E como suplentes os deputados Tom Araújo (DEM), Tum (PSC), Bira Coroa (PT) e Robinson Almeida (PT).

A Comissão de Saúde e Saneamento terá como presidente o deputado Eduardo Alencar (PSD) e vice José de Arimateia (PRB). Os integrantes titulares da comissão serão Alan Sanches (DEM), Jacó (PT), Bira Coroa (PT), Niltinho (PP) e Alex de Piatã (PSD). Os suplentes serão Carlos Geilson (Podemos), Jurandy Oliveira (PRP), Angelo Almeida (PSB) e Euclides Fernandes (PDT).

A deputada Jusmari Oliveira (PSD) foi reconduzida para presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural da ALBA e o deputado Sandro Régis (DEM), líder da bancada de oposição para vice. De acordo com Régis, o foco do colegiado seguirá sendo o mesmo – o fortalecimento do agronegócio na Bahia.

A Comissão de Agricultura terá como membros titulares os deputados Paulo Câmara (PSDB), Jacó (PT), Neuza Cadore (PT), Vitor Bonfim (PDT), Eduardo Salles (PP) e Zó (PC do B) e, como suplentes, os deputado Pedro Tavares (DEM), Antonio Henrique Jr. (PP), Osni Cardoso (PT), Aderbal Caldas (PP) e Tiago Correia (PSDB).

Vice na Comissão de Direitos Humanos, Capitão Alden vai também presidir a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho. O deputado Fabrício Falcão (PC do B) será o vice do colegiado que terá como integrantes titulares Tiago Correia (PSDB), Jacó (PT), Marcelo Veiga (PSB), Macelino Galo (PT), Angelo Almeida (PSB) e Júnior Muniz (PP). Os suplentes serão Talita Oliveira (PSL), Fabíola Mansur (PSB), Pastor Isidório Filho (Avante) e Maria Del Carmen (PT).

A deputada Olivia Santana também permanecerá à frente da Comissão dos Direitos da Mulher, tendo Kátia Oliveira (MDB) como vice. Olívia se disse motivada a continuar na luta para ampliar o protagonismo “das mulheres no processo de transformação das instituições brasileiras”. Ele afirmou que a comissão foi a que mais se reuniu dentre as comissões da ALBA no último ano e agradeceu as dez deputadas mulheres.

A comissão terá como titulares as deputadas Fabíola Mansur (PSB), Fátima Nunes (PT), Mirela Macedo (PSD), Talita Oliveira (PSL), Neuza Cadore (PT) e Ivana Bastos (PSD). Os suplentes serão Maria Del Carmen (PT), Jacó (PT) e José de Arimateia (PRB).

A última comissão instalada na manhã desta quinta feira, foi a de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da ALBA. O deputado Robinho segue sendo presidente e Tiago Correia ficará na vice. Os membros titulares serão Luciano Simões Filho (DEM), Samuel Júnior (PDT), Alan Castro (PSD), Vitor Bonfim (PDT), Zé Raimundo (PT) e Diego Coronel (PSD). As suplências ficarão com Pedro Tavares (DEM), Paulo Rangel (PT), Jacó (PT) e Marquinhos Viana (PSB).

As comissões especiais da Casa também foram instaladas, mas os integrantes só serão definidos depois em comum acordo entre os líderes das bancadas de governo e oposição. São elas: Comissão Especial da Promoção da Igualdade; Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer; Comissão de Assuntos Territoriais; Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano; Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) e do Porto Sul; Comissão Especial de Fiscalização de Barragens; Comissão Especial de Transporte Complementar; e a Comissão Especial de Desenvolvimento Regional.

ASSOCIAÇÃO PROPÕE QUE GOVERNO RETIRE DE CONCESSÃO TRECHO FERROVIÁRIO DA BAHIA

OBJ:

admin 4 Fevereiro, 2021

A renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), incluindo o Corredor Minas-Bahia, que liga os portos da Bahia à região Sudeste e é controlada pela VLI Logística, que tem a Vale como sócia, e já está em fase de Audiência Pública, continua gerando polêmica entre empresários e lideranças empresariais na área de logística.

Proposta pela a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com apoio do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, a concessão não prevê investimentos na malha ferroviária da Bahia, e o dinheiro arrecadado com a concessão vai ser destinado a Fiol e a outros estados.

A Associação de Usuários dos Portos da Bahia – Usuport, por exemplo, emitiu nota propondo a exclusão do Corredor Minas-Bahia do processo de renovação antecipada, por mais 30 anos.

Segundo a Usuport, FCA possui concentrou suas operações nos Corredores Centro-Leste, Centro-Sudeste e Minas-Rio, e não presta serviço adequado ao Corredor Minas-Bahia – que há 24 anos está sem investimentos, com abandono de trechos, serviços, cargas e clientes;

A Usuport lembra que os estudos para renovar a concessão já foram efetivados e aprovados pela concessionária FCA, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o Ministério de Infraestrutura e o Tribunal de Contas da União e não faz sentido não faz sentido alterar os estudos efetivados nem comprometer as soluções para os demais Corredores, que possuem significativos movimentos de cargas

A Usuport lembra ainda que: “O Estado da Bahia, pela sua dimensão geográfica e socioeconômica, não pode prescindir destes ativos e do uso da ferrovia, sobretudo a Linha Sul (Corinto-Brumado-Camaçari-Portos de Aratu/Salvador), que conecta a Região Sudeste a Baía de Todos os Santos, abrangendo dois portos públicos e sete Terminais de Uso Privado, com movimentação é de aproximadamente 40 milhões de toneladas de cargas, e a Região Metropolitana de Salvador, a mais rica da Região Nordeste, 8ª do Brasil, com 42% do PIB e 27% dos habitantes.

E propõe que a ANTT realize estudos para licitar o Corredor Minas-Bahia, até setembro de 2025, observando: promovendo sua modernização com investimentos em troca de bitola, correções geométricas das vias, contornos urbanos, soluções para passagens de nível, interligação com a Fiol, interconexões portuárias etc., visando prestar o serviço adequado de transporte ferroviário de cargas na Bahia;

POLÍTICA

Publicado em 04/02/2021 às 12h39.

Bolsonaro invade os caminhos de Rui e ACM Neto. É 2021 com ares de 2022

Rui já não tinha um link federal; vai tentar forjar um como hoje, lá é lá, cá é cá. E Neto vai a reboque dos amigos ou vai buscar outra via?

Levi Vasconcelos



Foto: Carolina Antunes/PR

Dos últimos movimentos políticos em Brasília resultam uma certeza e duas incertezas. A certeza: Bolsonaro passou a controlar o Congresso (ou Câmara e Senado). De lambuja, ensaia o jogo político para 2022 no mais clássico estilo do toma-lá-da-cá federal.

As incertezas emergem daí: como ficam Rui Costa e ACM Neto neste novo cenário, já que aliados dos dois entraram de sola no esquemão?

Em miúdos: Rui Costa tem João Leão, seu vice, que é do PP, partido ao qual Bolsonaro cogita se filiar, cujo filho, o deputado federal Cacá Leão, é o líder do partido, o mesmo de Arthur Lira, o presidente da Câmara abençoado pelo Planalto. De quebra, com apoio do PSD de Otto Alencar.

Lá e cá



Neto diz que não vai nomear nem um porteiro, mas lá em Brasília os humores dos aliados dele são outros, como os deputados João Roma e Bispo Marinho, ambos do Republicanos, citados como possíveis ministros.

Claro que tudo isso aí é na linha do 'se não for, tudo bem. Se for melhor', mas seja como for, fica evidente que os dois estão mais harmonizados com os novos tempos lá do que preocupados cá.

Rui já não tinha um link federal. Vai tentar forjar um como hoje, lá é lá, cá é cá. E Neto vai a reboque dos amigos ou vai buscar outra via?



Levi Vasconcelos

Levi Vasconcelos é jornalista político, diretor de jornalismo do Bahia.ba e colunista de A Tarde.



MAIS NOTÍCIAS

POLÍTICA 07h24 de 05/02/2021

João Roma é descartado para assumir ministério, afirma coluna

Nome de deputado federal era um dos mais cotados até semana passada

Veículo: Bocão News	
Data: 05/02/2021	



Feira de Santana e mais duas cidades têm decretos de situação de emergência reconhecidos pelo Estado



05 de Fevereiro de 2021 às 06:08 Por: Divulgação Por: João Brandão

As cidades de Feira de Santana, Cansanção e Dom Basílio tiveram os decretos de situação de emergência reconhecidas pelo governo da Bahia.

Conforme publicação no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (5), os danos decorrentes da estiagem que afetaram as atividades econômicas e a atingiu a população dos três municípios foram os motivos da emergência.

Os três decretos têm validade de 180 dias.

Veículo: Bocão News	
Data: 05/02/2021	



Novo auxílio emergencial só viria com calamidade pública, diz Guedes



05 de Fevereiro de 2021 às 06:37 Por: Marcelo Camargo/Agência Brasil Por: Agência Brasil

Uma eventual nova rodada do auxílio emergencial deve estar dentro do orçamento e ser acionada apenas em caso de nova calamidade pública, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele reuniu-se ontem (4) à noite com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Segundo o ministro, a extensão do auxílio seria mais “focalizada” e atenderia 32 milhões de brasileiros, pouco menos da metade dos 67,9 milhões de pessoas que receberam o benefício em 2020.

Para chegar à estimativa de 32 milhões de pessoas, Guedes explicou que uma nova versão do auxílio emergencial não abrangeria os inscritos no Bolsa Família e se concentraria apenas na população não atendida por nenhum programa social. O ministro ressaltou que a recriação do auxílio deverá ter previsões de recursos no orçamento, com o remanejamento de outras despesas e com a ativação do estado de calamidade. “É possível. Nós temos como orçamentar isso, desde que seja dentro de um novo marco fiscal. Se o Congresso aciona o estado de calamidade, temos condição de reagir rapidamente. Mas é muito importante que seja dentro de um quadro de recuperação das finanças. Estamos preparados para fazer as coisas dentro das proporções”, declarou Guedes.

Ao lado de Guedes na saída da reunião, Pacheco disse que foi ao Ministério da Economia expressar “formalmente” à equipe econômica a preocupação dos parlamentares com o fim do auxílio emergencial. “A pandemia continua, e agora eu vim ao ministro da Economia externar o que é uma preocupação do Congresso Nacional”, disse.

Ao comentar que a retomada do auxílio emergencial é importante, Pacheco disse ter se antecipado à reunião do colégio de líderes, ao discutir a questão com Guedes. O senador, no entanto, ressaltou que a recriação do benefício deve ser discutida observando as regras fiscais. “Obviamente com cautela, com prudência, com observância de critérios, para evitar que as coisas piorem”, afirmou.

Reformas

Sobre o cronograma de votação das reformas econômicas, o presidente do Senado reiterou que pretende concluir a reforma tributária em 2021, aproveitando as propostas em tramitação no Congresso, sem impor um novo texto. O Ministério da Economia poderá contribuir com sugestões na comissão especial.

Além da reforma tributária, Pacheco listou, como prioridades, as propostas de emenda à Constituição (PECs) do pacto federativo, emergencial e da desvinculação dos fundos públicos. A cláusula de calamidade, que permitiria a recriação do auxílio emergencial, seria incluída na primeira PEC, do pacto federativo, sendo acionada pelo Congresso e discutida no Conselho Fiscal da República que seria criado pela proposta. Marcado para o fim da tarde dessa quinta-feira, o encontro entre Pacheco e Guedes ocorreu no fim da noite. Por causa da sessão no Senado, que se estendeu além do horário previsto, o encontro atrasou três horas.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/02/2021	Caderno: Economia



Bahia cede 50 milhões de doses da Sputnik V para governo federal

As doses do imunizante estavam previstas em um acordo com o fundo soberano russo

Foto : Governo de Corrientes/Divulgação

Por **Kamille Martinho** no dia 05 de Fevereiro de 2021 · 07:40

A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) informou hoje (4) que cedeu ao governo federal o direito às 50 milhões de doses da Sputnik V, que estavam previstas em um acordo com o fundo soberano russo, firmado em agosto do ano passado.

"O acordo que foi feito entre governo da Bahia e o fundo de desenvolvimento russo responsável pela vacina Sputnik v garantiu ao Brasil a prioridade no acesso a essas 50 milhões de doses. Nós cedemos ao governo federal para que possa distribuir a todos os municípios do brasil essas doses que foram garantidas inicialmente ao governo baiano", disse o secretário de saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, ao G1.

De acordo com a Sesab, cerca de 500 mil doses do imunizante estão previstas para chegar no estado até abril deste ano.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/02/2021	Caderno: Economia



Secretário de Saúde da Bahia endossa crítica de líder do governo Bolsonaro à Anvisa

O deputado Ricardo Barros questionou as exigências feitas pela agência para aprovar vacinas contra a covid-19

Foto : Mateus Pereira/GOVBA

Por **Kamille Martinho** no dia 05 de Fevereiro de 2021 · 08:40

O secretário de saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, endossa a crítica feita pelo líder do governo Bolsonaro, deputado Ricardo Barros, à Anvisa, na qual questiona as exigências feitas pela agência para aprovar vacinas contra a covid-19.

Em sua conta no Twitter, Fábio compartilhou a notícia e escreveu "Jogue duro @RicardoBarrosPP".

Na última quarta-feira (3), a Anvisa afirmou que testes de vacinas contra a Covid-19 em voluntários brasileiros deixaram de ser item obrigatório para empresas que desejam solicitar a autorização para uso emergencial do imunizante.

Opinião do GLOBO

Pandemia e reformas são as prioridades

Bolsonaro tem direito a propor seus projetos, mas o Congresso tem o dever de enfrentar a agenda mais urgente

Na abertura do ano legislativo, o presidente Jair Bolsonaro, ao colocar na mesa os temas prioritários para a agenda do Congresso neste ano, elencou nada menos que 35 projetos — da reforma administrativa à liberação de mais armas para a população, passando pelo ensino doméstico e pela privatização da Eletrobras. A lista foi entregue formalmente aos novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Só ficou no ar uma dúvida: com 35 projetos, quais são mesmo as prioridades?

É importante lembrar que Bolsonaro tem todo o direito de imprimir ênfase à pauta de costumes com que conquistou votos nos setores conservadores da sociedade. Ele já cumpre promessas de liberar mais armas e munições para os grupos de colecionadores, atiradores esportivos e caçadores. Há propostas para isentar policiais em mortes ocorridas em confrontos e para facilitar a vida dos caminhoneiros. É do jogo democrático que um presidente eleito tente atender os grupos que o elegeram. O Congresso, em contrapartida,

tem outro dever. Precisa priorizar os temas de fato urgentes. Hoje, eles são dois: os efeitos da pandemia e a crise fiscal crônica, que já atingia o país antes dela e persistirá depois.

No primeiro, é essencial garantir a vacinação em massa e o atendimento aos contaminados. O governo é o grande responsável por não haver a garantia de vacina para toda a população. A situação fica cada vez mais angustiante com o crescimento do número de mortos pela Covid-19, que beira os 230 mil. Os novos presidentes da Câmara e do Senado assumiram fazendo referências à crise sanitária. Parece haver no Legislativo consenso em torno da recriação de outro auxílio emergencial, para conter os efeitos econômicos e sociais dramáticos provocados pelo vírus.

Mas só será possível fazer isso abrindo espaço fiscal para os gastos. Daí deriva logicamente a segunda prioridade: as reformas capazes de trazer fôlego orçamentário. O Plano precisa ter consciência de que a primeira onda da pandemia, no ano passado, já deixou as contas públicas em ruínas. A recessão vertiginosa em que a economia caiu em

2020 derrubou as arrecadações tributárias federal, estadual e municipal. Produziu déficits elevados em todos os orçamentos públicos. Sem contar o déficit crônico, vegetativo, gerado pelas regalias do funcionalismo. Se for inevitável um novo auxílio de emergência — o do ano passado custou R\$ 300 bilhões, e a União fechou o ano com um saldo no vermelho de mais de R\$ 700 bilhões —, é imperioso haver compensação em cortes de gastos.

Constam da relação de projetos entregues pelo presidente ao Congresso medidas com tal objetivo. É o caso da PEC Emergencial, que automatiza a contenção de despesas, assim que elas ultrapassarem determinado nível (está no Senado). Há a reforma administrativa, que precisaria incluir os atuais servidores para ter efeito fiscal mais robusto. E várias outras medidas de impacto fiscal. Mas, como só pensa em 2022, não se descarta a possibilidade de Bolsonaro cobrar o apoio que deu a Lira e a Pacheco exigindo pressa na pauta de costumes e assemelhadas para agradar suas bases. Seria mais uma irresponsabilidade presidencial, entre tantas outras a que já nos habituamos.

EFEITOS DO FIM DO AUXÍLIO

Supermercados têm freio nas vendas, e poupança registra saque recorde

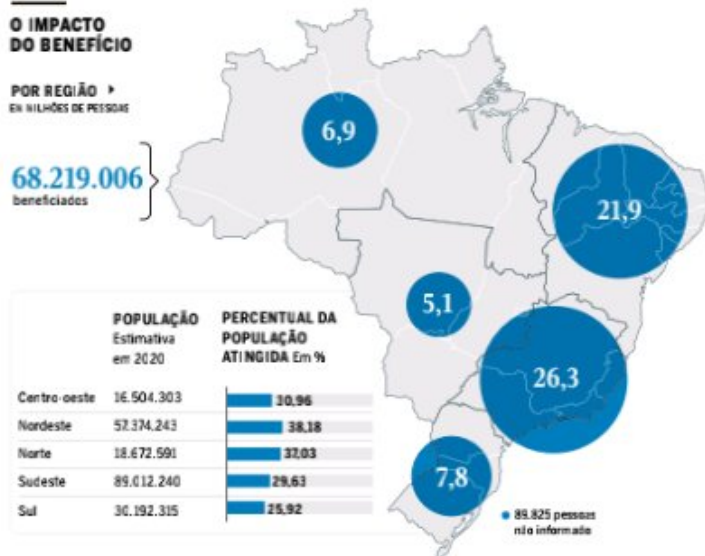


Freio na vareja. A rede Princesa prevê impacto do fim do auxílio este mês

O IMPACTO DO BENEFÍCIO

POR REGIÃO
EM MILHÕES DE PESSOAS

68.219.006 beneficiados



Região	População Estimativa em 2020	Porcentual da População Atendida em %
Centro-oeste	16.504.303	30,96
Nordeste	52.374.243	38,18
Norte	18.672.591	37,03
Sudeste	89.612.240	29,63
Sul	30.192.315	25,92

Fonte: Tesouro Nacional e Ministério da Cidadania

LETÍCIA CARDOSO, CAROLINA NUNES E GABRIEL BERNHARDI
escrevem para o **oglobo.com** em ALÉMORA

O fim do pagamento do auxílio emergencial já afetou as vendas de supermercados e lojas de material de construção em janeiro e influenciou um saque recorde de recursos da caderneta de poupança. Iniciado em abril, o benefício destinado a trabalhadores informais e desempregados para aliviar os efeitos da pandemia na renda injetou mais de R\$ 290 bilhões na economia. Analistas preveem um primeiro trimestre de queda no varejo e freio na atividade econômica do país com o fim dos pagamentos.

No mês passado, os saques na caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 18,2 bilhões. Janeiro con-

tina ser um mês de resgates na poupança, para pagar as despesas de início do ano como IPVA e IPTU. Mas este ano a perda foi recorde, a maior já registrada desde 1995, quando teve início a série histórica, como reflexo do fim do auxílio.

— Devemos ter um trimestre fraco, até mesmo com queda nas vendas. Além da falta do auxílio, temos um cenário de inflação alta, regressão na reabertura do comércio em algumas cidades e um alto número de desempregados — diz o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bertes.

Ele acrescenta que o cancelamento do carnaval deve agravar o cenário:

— O carnaval do ano passado movimentou cerca de R\$ 8 bilhões. Este ano, teremos um

pequeno movimento de turismo nacional, mas não teremos turistas estrangeiros vindo para cá, nem brasileiros indo para fora e gastando em agências de viagem. Vamos notar um menor consumo de bebidas e outros produtos vendidos nesta época, além de redução no comércio de fantasias.

IMPACTO NA INDÚSTRIA

Os supermercados tentam driblar o freio nas vendas em negociações com fornecedores. Mas também a indústria já sente o impacto. Ao divulgar seu balanço anual de 2020, a Unilever, multinacional de higiene, limpeza e alimentos, informou ontem que seu resultado foi afetado no quarto trimestre pela queda do auxílio. Com a redução à metade do benefício pago aos trabalhadores a partir de se-

tembro, o volume de recursos injetados pelo programa na economia, que chegou a superar R\$ 45 bilhões mensais em julho e agosto, caiu para R\$ 17 bilhões em dezembro.

— Sem o auxílio, a melhor estratégia é ampliar e sortimentar de produtos. Se o arroz está mais caro, temos que ter bom sortimento de macarrão, por exemplo — comenta Fábio Queiroz, presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asser).

A rede de supermercados Princesa prevê impacto ao longo deste mês. Na atacadista Assai, a expectativa é que as compras no atacado passem a ser mais buscadas por quem tenta economizar e, por isso, a marca mantém seu plano de expansão, que prevê inaugurar até 28 lojas no país.

Entre os distribuidores, há avaliação de que seus clientes, no caso as redes varejistas, estão mais apressados.

— Sentimos um pouco de impacto em janeiro, apesar de não ser tão claro em função das férias coletivas que a indústria costuma dar. Há uma preocupação das empresas em fazer caixa para um próximo momento emergencial que possamos vivenciar por conta da pandemia — resume Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

No Mercado Municipal Cadeg, no Rio, as vendas em janeiro foram menores em relação ao mesmo período de 2020, antes da pandemia. Para frear as perdas, os lojistas vão investir em festivais temáticos e promoções de

POR TIPO



VALOR PAGO NO MÊS



ANALÍTICO

A receita de Guedes para lidar com o dilema do benefício

MARCELLO CORRÊA **nao** escreve para o **oglobo.com**

O início dos trabalhos no Congresso evidenciou um dilema que era evitado por governo e parlamentares desde o fim do ano: como manter a ajuda aos trabalhadores informais atendidos pelo auxílio emergencial sem

desequilibrar as contas públicas. A experiência de 2020 indica que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pode adotar recetivário semelhante ao que já foi tirado de encruzilhadas parecidas anteriormente: ceder no presente e

sinalizar compromisso fiscal no futuro.

Foi assim em maio do ano passado, quando o governo federal autorizou uma ajuda financeira a estados e municípios. Guedes articulou com o Congresso a inclusão de uma cláusula no pacote de socorro aos entes federados, que bloqueou até dezembro de 2021 reajustes de servidores públicos no país.

O congelamento quase foi derrubado no Legislativo, e sua sanção foi atrasada o suficiente para dar tempo de permitir aumentos para aliados do governo Jair Bolsonaro,

como policiais e bombeiros do Distrito Federal. Ainda assim, o resultado foi uma vitória para o ministro, que até hoje se refere à medida como indicador de respeito ao equilíbrio das despesas públicas.

Fórmula parecida foi repetida quando o governo prorrogou pela segunda vez o auxílio emergencial, em setembro. Na ocasião, a sinalização de rigor fiscal foi o envio da reforma administrativa, que até então estava na gaveta de Bolsonaro. O texto entregue à Câmara é mais brando que o desejado por analistas e ainda aguarda avanço na tramita-

ção. No entanto, a equipe econômica calcula potencial de economia de R\$ 300 bilhões em dez anos.

Diante da nova pressão para estender o benefício, Guedes aposta agora no chamado Novo Marco Fiscal para indicar que a agenda de austeridade não foi abandonada. O plano deve ser tratado em uma reformulação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo e prevê o que o ministro chamou de "protocolo da crise", que inclui o congelamento de despesas para frear gastos em momentos de emergência fiscal.

acordo com as datas comemorativas, afirma o diretor social do Cadeg, André Leba. No supermercado Super-Prix, após picos de vendas em itens como arroz, feijão, ovos e café no ano passado, a demanda agora está normalizada. Dessa forma, a rede instituiu um calendário de promoções por dia da semana para tentar manter o ritmo de vendas.

MENOS QUEIJOS E LEITE EM PÓ

A mudança nos produtos mais comprados nos mercados já é sentida na Bolsa de Gêneros Alimentícios, fornecedora do setor. Segundo o presidente da entidade, Margem Vaz, desde outubro houve redução de 40% no comércio de leite em pó e queijos.

— Com o fim do auxílio, o setor acredita que o consumidor dará preferência por comprar produtos mais essenciais, como arroz e feijão. No setor de construção, o impacto já foi sentido desde o fim do ano passado, com a redução do valor do auxílio. O segmento, que cresceu 11% em 2020, espera uma alta de 2% a 5% em 2021.

— Ninguém começa obra e reforma com incerteza e insegurança — comenta Waldir Abreu, superintendente da Anamac, que reúne varejistas de material de construção.

Somente no estado de São Paulo, o auxílio emergencial foi responsável por 5% das vendas do varejo no último trimestre do ano, que totalizaram R\$ 7,5 bilhões, segundo a Fecomércio-SP. Guilherme Dietze, assessor econômico da entidade, diz que o benefício transformou uma queda esperada de 3% em alta de 2% no ano.

Ele avalia que a poupança feita pelos consumidores durante o período de isolamento é o que continuará a sustentar o comércio neste início de ano. Em sua opinião, o gasto das famílias de renda mais alta deve possibilitar a manutenção do consumo até maio ou junho, mas não impedirá prejuízos como o fechamento de lojas.

A perda recorde na caderneta de poupança em janeiro refletiu, além da renda menor de muitos brasileiros por causa do fim do auxílio, outro efeito colateral de término do benefício. Ao longo de 2020, a captação da poupança foi recorde, chegando a R\$ 166,3 milhões, influenciada pelo fato de que, em muitos casos, os pagamentos do auxílio foram feitos pela Caixa por meio de contas-poupança.

— Grande parte desse movimento é devido a janeiro ser um mês de gastos, IPVA e IPTU, e tem muita gente desempregada. Isso colaborou com essa saída líquida — afirma Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama.

Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

Novos presidentes da Câmara e do Senado estabelecem cronograma e preveem aprovar reforma tributária em 8 meses

JULIA LINDNER
E MANGEL VENTURA
em um alto-falante

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem recriar o auxílio emergencial, desde que isso seja feito "dentro de um novo marco fiscal", com medidas de ajuste nas contas públicas. Após se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que metade dos beneficiários do auxílio no ano passado já está na Bolsa Família. Para a outra metade, o governo está "focalizando" a ajuda, afirmou: — Já está no Orçamento o retorno ao Bolsa Família de um grupo. O outro grupo, que é dos invisíveis, nós estamos agora focalizando a ajuda. É possível, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios.

O ministro disse ser possível atender a "algumas coisas", desde que o Congresso segure gastos:

— Podemos atender algumas coisas travando outras.

Esse é o objetivo da nossa conversa. De manter a garantia da estabilidade fiscal.

Sem responder a perguntas de jornalistas, Guedes ressaltou diversas vezes a necessidade de equilibrar as contas públicas:

— A pandemia nos atacando de novo, nós temos o protocolo e vamos seguir o protocolo. Se o Congresso aciona o estado de emergência ou de calamidade pública, temos condições de reagir à crise. É muito importante que seja num quadro de recuperação das finanças — disse.

SEM PROTAGONISMO

Mais cedo, Pacheco havia se reunido com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Eles definiram um cronograma para a tramitação da reforma tributária no qual preveem a aprovação definitiva do texto entre agosto e outubro deste ano. Após reunião realizada na manhã de ontem, os chefes do Legislativo acertaram que o relatório da comissão mista, em elaboração pelo deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também presente no encontro, deve ser apresentado e apreciado até o fim de fevereiro no colegiado. Foi depois dessa reunião que Lira e Pacheco se encontraram com Guedes, que se disse "esperançoso" com o avanço da agenda de reformas.

— Estou parabenizando o presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira. Foi uma vitória expressiva, importante, que nos deixa esperançosos e confiantes na retomada da agenda de reformas — disse Guedes, após receber o deputado.

Em conversa com jornalistas, Pacheco disse que a reforma tributária é "complexa" e tem que ser "muito assertiva para não prejudicar setores e estados". Ele ponderou que o mérito da reforma não foi abordado no encontro de ontem, apenas o rito. O presidente do Senado também afirmou que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a proposta começará a tramitar após passar pela comissão mista:

— É um amadurecimento



Deliberação. Pacheco disse que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a reforma tributária começará a tramitar

que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que em de seis a oito meses nós possamos ter concluído a reforma tributária no Congresso Nacional, tanto no âmbito do Senado, quanto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Lira disse, na sequência, que a origem da tramitação é um "detalhe desimportante" e que sua única preocupação é entregar as reformas:

— Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas (reformas) têm que andar, constitucionalmente, nas duas Casas, e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra.

O presidente da Câmara também disse que a reforma administrativa será tratada

"com rapidez" na Casa, enquanto o Senado ficará encarregado de conduzir a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. O intuito, afirmou, é que as matérias possam "andar muito rapidamente" nas duas Casas.

ANTECIPAÇÃO DO 13º

Durante a reunião, eles definiram ainda que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) — responsável por analisar a proposta de lei orçamentária — deve ser instalada na próxima terça-feira, mas a data ainda depende de um entendimento com os líderes. Algumas horas depois do encontro, em rede social, Lira garantiu a instalação na próxima semana: "Iremos instalar a CMO na próxima terça-feira. Precisamos aprovar urgentemen-

te o Orçamento. O Brasil precisa do Orçamento para combater a pandemia."

No encontro à noite, Guedes disse que a vitória de Lira na disputa pela presidência da Câmara deixa o governo "esperançoso e confiante" com a agenda de reformas. O ministro também confirmou a antecipação do 13º de beneficiários do INSS:

— Se a pandemia nos ameaçar, nós sabemos como reagir. E vamos retomar as reformas ao mesmo tempo, pois saúde e economia andam juntas.

Já Lira disse que a autonomia do Banco Central será votada na próxima semana:

— A sequência de matérias será o Pacto Federativo, os fundos e a PEC Emergencial, no Senado. E, na Câmara, a reforma administrativa.

Senado aprova MP para conter alta na conta de luz

Foco são estados do Norte e Nordeste cujas distribuidoras foram privatizadas. Medida terá impacto até 2025 e prevê uso de recursos que seriam destinados a programas de pesquisa, além de verbas de fundos setoriais

MARCELLO CORRÊA
E JULIA LINDBER
correia@oglobo.com.br
marcello

O Senado aprovou, na noite de ontem, a medida provisória (MP) que determina mudanças no setor elétrico para tentar conter o aumento nas contas de luz até 2025. O foco principal são estados nas regiões Norte e Nordeste — Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima — atendidos por empresas que pertenciam à Eletrobras e foram privatizadas recentemente. Como já passou pela Câmara dos Deputados, a proposta vai agora para sanção presidencial.

A matéria prevê, entre outras iniciativas, o uso de recursos que seriam destinados por empresas de energia a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e iniciativas de eficiência energética para atenuar os aumentos tarifários, assim como verbas de fundos setoriais.

O recurso será transferido para a Conta de Desenvolvi-

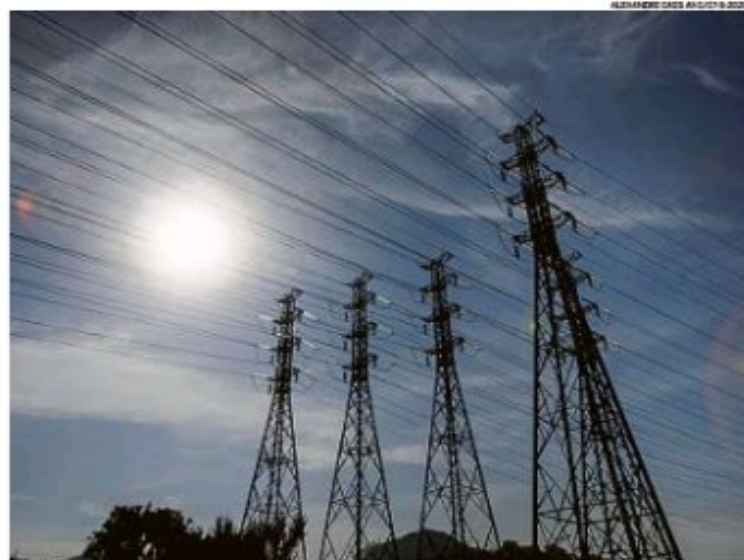
mento Energético (CDE), um superfundo que reúne encargos na conta de luz e banca desde descontos para consumidores de baixa renda ao programa de universalização Luz para Todos.

O texto também tenta travar as obras da usina nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ). A MP aprova da inclui ainda a previsão do fim de alguns subsídios atualmente concedidos para usinas de geração renovável, que pesam sobre os custos da energia.

RETIRADA DE SUBSÍDIOS

O texto da MP determina que recursos que iriam para programas de pesquisa e eficiência energética que não estejam comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser usados até o fim de 2025 “em favor da modificação tarifária”.

A medida também contempla a retirada gradual de subsídios concedidos a usinas de geração de energia renovável, como eólicas, so-



Centro e tempo. MP do setor elétrico vai votada no Senado sem modificações para evitar que perdesse o prazo

lares e de biomassa. Esses subsídios hoje são concedidos na forma de desconto em tarifas pelo uso de sistemas elétricos de transmissão e distribuição, e acabam sendo bancados pelos de-

mais consumidores.

Na ocasião em que a MP foi editada, o Ministério de Minas e Energia informou que esse subsídio tinha um custo anual em torno de R\$ 4 bilhões, ressaltando que o

benefício cresce até R\$ 500 milhões por ano.

Paralelamente, a medida aponta que o governo federal definirá em 12 meses mecanismo alternativo para reconhecer benefícios

ambientais de cada fonte de energia.

Como a MP perderia a validade no próximo dia 9, os senadores não fizeram modificação em seu mérito, o que gerou críticas no plenário. A sessão foi acompanhada de perto pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

— A MP tem prazo de validade. Infelizmente, ela veio ao Senado aos 45 do segundo tempo, não permitindo que o Senado debatesse com profundidade e pudesse apresentar as suas inovações adequadamente. Mas fato é que estamos diante de uma exigência de tempo, se fizéssemos alguma modificação de mérito, teríamos a caducidade — disse o relator do texto no Senado, Marcos Rogério (DEM-RO).

O líder do PT, Paulo Rocha (PA), disse que a Câmara deixou o Senado em uma saia-justa por não dar tempo para debates. Ele defendia que o Pará também fosse contemplado.

Governo quer discutir preços de combustíveis

Bolsonaro convoca presidente da Petrobras e ministros, com o objetivo de tratar também da privatização da estatal

GUSTAVO MAIA
E MARCELLO CORRÊA
correia@oglobo.com.br
maia

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que convocou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e ministros da área econômica para tratar do preço de combustíveis.

— Amanhã vou ter uma reunião envolvendo o ministro da Infraestrutura (Tarcísio Freitas), da Eco-

nomia (Paulo Guedes), de Minas e Energia (Bento Albuquerque), presidente da Petrobras para falar sobre combustível — afirmou o presidente, durante transmissão ao vivo nas redes sociais.

Bolsonaro acrescentou que não considera o encontro uma interferência do governo federal na Petrobras. Segundo ele, o objetivo da reunião é esclarecer dúvidas sobre a composição do

preço de combustíveis, que tem sido alvo da insatisfação de caminhoneiros nas últimas semanas.

— (Dizem:) “Ah, a Petrobras não pode sofrer interferência.” Ninguém está interferindo na Petrobras. Mas vocês têm que saber qual é a composição do preço final, por exemplo, no diesel — afirmou.

Em outro momento da transmissão, o presidente chegou a mencionar que a

privatização da Petrobras entrará na pauta da reunião, mas não deu detalhes se o governo proporia alguma medida nesse sentido.

— Amanhã (hoje) quero botar em pratos limpos isso aí. Convoquei todos os ministros e o presidente da Petrobras e mais alguns que vão aparecer lá. Eu quero tratar de forma pública essa questão. A Petrobras é uma empresa importante, sim. Tem que ser privatizada ou



Bolsonaro. Aceno a caminhoneiros

não? Qual é a sua opinião? É isso que queremos conversar amanhã — afirmou o presidente.

Segundo Bolsonaro, zerar o PIS/Cofins sobre combustíveis geraria um impacto de R\$ 26 bilhões. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo é obrigado a compensar essa renúncia com aumento de outro imposto. O presidente afirmou que, embora seja público que a cada litro de diesel incide R\$ 0,33 de PIS/Cofins, um tributo federal, faltam informações sobre o peso do ICMS no produto, já que o cálculo varia de acordo com o ente da federação.

BRASIL

Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi

Itamaraty alerta para risco de sanções por atrasos, e Economia estuda remanejar orçamento

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil precisa pagar R\$ 10,1 bilhões a mais de cem organismos internacionais, considerando dívidas acumuladas e compromissos agendados para 2021. Apesar disso, o Orçamento proposto pelo governo só reserva R\$ 2,2 bilhões para as entidades neste ano (ou 21% do necessário).

A restrição orçamentária deve agravar o cenário de inadimplência com as entidades internacionais, que cresceu de forma significativa no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O quadro vem gerando alertas do Itamaraty, que vê riscos de prejuízos políticos e até sanções como a perda do direito a voto em discussões.

O total a ser pago é resultado de R\$ 6 bilhões em dívidas acumuladas até o fim de 2020 e outros R\$ 4,1 bilhões em parcelas previstas para 2021.

Houve crescimento de 483% nas dívidas a organismos internacionais em 2019 e de 169% em 2020. Antes de Bolsonaro, entre 2015 e 2018, o avanço anual médio era de 24%.

Os valores obtidos pela Folha mostram que cresceu também o número de entidades com recursos a receber. Em 2018, eram 12. Em 2019, passou para 92. Em 2020, 107.

Estão na lista das pendências a ONU (Organização das Nações Unidas) e diferentes braços da entidade como OIT (Organização Internacional do Trabalho), OMS (Organização Mundial da Saúde), Unesco (voltada à educação, ciência e cultura) e FAO (alimentação e agricultura).

Há também blocos e organismos regionais (como o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos), de segurança (como a Agência Internacional de Energia Atômica) e de aproximação entre nações (como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Também integram a lista instituições financeiras e seus braços, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e CAF (Corporação Andina de Fomento).

No momento, a maior dívida do país é com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), para quem o governo deixou de pagar R\$ 1,59 bilhão em 2020.

A falta de pagamento ao NDB foi a primeira desde sua criação em 2014, quando o país combinou com os demais integrantes do Brics aportes anuais no banco. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm 20% de participação na instituição, cada um.

O governo ainda deixou de pedir ao Congresso recursos suficientes para quitar a dívida com instituições como o NDB em sua proposta de Orçamento de 2021. E só reservou R\$ 700 milhões, montante insuficiente para o aporte de R\$ 1,8 bilhão previsto para este ano (sem considerar a dívida de R\$ 1,59 bilhão de 2020).

A falta de pagamentos tem gerado cobranças e até ameaças das entidades, inclusive da própria ONU.

Chandramouli Ramathan, secretário-geral-assistente das Nações Unidas, afirmou ao Brasil em 2019 que poderia ser retirado o poder de voto do país no organismo.

Principais compromissos do país com órgãos internacionais

Entidade ou ação

Valor a ser pago (inclui 2021), em R\$ milhões

NDB (Novo Banco de Desenvolvimento)	1.597,3
Missões de paz da ONU	1.185,2
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul	543,8
CAF (Corporação Andina de Fomento)	366,8
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	300,3
OMS (Organização Mundial de Saúde)	189,1
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	175,8
OIT (Organização Internacional do Trabalho)	159,9
FAO (braço da ONU para a Alimentação e Agricultura)	152,9
Agência Internacional de Energia Atômica	139,9
Organização Pan-Americana de Saúde	132,5
OEА (Organização dos Estados Americanos)	115,1
Tribunal Penal Internacional	109,6
ONU (Organização das Nações Unidas)	85,5
Associação Internacional de Desenvolvimento	83,2

Fontes: Itamaraty e Ministério da Economia



Mesmo diante do cenário de restrições orçamentárias e financeiras, o Ministério tem como uma de suas prioridades a quitação dos compromissos brasileiros

Ministério da Economia em nota

Itamaraty vai lutar no G20 contra censura a Trump nas redes

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O governo brasileiro endossou uma iniciativa do México para protestar, no âmbito do G20, contra a decisão de redes sociais de bloquear contas ligadas a Donald Trump, ex-presidente dos EUA.

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, tratou do tema em chamada telefônica com o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, na terça-feira (2).

"Na última conversa com o chanceler Marcelo Ebrard do México ficamos de trabalhar juntos no G20 pela liberdade de expressão na Internet — uma prioridade do Brasil desde o início do governo e mais ainda agora ante o risco de que as redes se tornem instrumento de controle social", escreveu Ernesto no

Twitter, após a conversa.

A conta oficial do Itamaraty na plataforma destacou, por sua vez, que Ernesto e Ebrard "convergiaram na urgência de trabalhar no G20 e outros foros em favor da liberdade de expressão nas redes".

Apesar de as publicações não citarem o ex-mandatário americano, o debate ganhou força tanto no Brasil como no México após plataformas digitais — entre elas Twitter e Facebook — excluir perfis ligados a Trump.

Além do mais, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, lançou a iniciativa no G20 como resposta direta ao bloqueio das empresas contra o republicano.

As redes sociais tomaram a decisão depois que o americano instigou manifestantes

a invadirem o Congresso dos EUA em 6 de janeiro, durante sessão de certificação da vitória do democrata Joe Biden.

O episódio teve cenas de violência e terminou com cinco mortes. Os atos são tratados por integrantes do Partido Democrata como uma tentativa de golpe de Estado.



Na ótima conversa com o chanceler Marcelo Ebrard do México ficamos de trabalhar juntos no G20 pela liberdade de expressão na Internet [...] ante o risco de que as redes se tornem instrumento de controle social

Ernesto Araújo

ministro das Relações Exteriores, no Twitter

López Obrador foi um dos principais críticos da decisão de redes de limitar as publicações de Trump. Ele disse que as empresas não podem "suspender a liberdade de expressão" e comparou a ação das plataformas à Inquisição.

"Adiantando que na primeira reunião que tenhamos do G20

vou a levantar essa questão. As redes sociais não devem ser utilizadas para incitar a violência, mas isso não pode ser motivo para suspender a liberdade de expressão. Não deve ser utilizado como desculpa, é preciso garantir a liberdade, não a censura", disse o mexicano em janeiro.

López Obrador é um líder de esquerda, mas tinha boa relação com o republicano.

Durante a campanha presidencial naquele país, realizou uma visita a Washington para se reunir com Trump, numa agenda vista por críticos como tentativa do americano de melhorar sua imagem junto ao eleitorado de origem mexicana.

O presidente do México também foi um dos últimos líderes internacionais a parabenizar Biden por sua vitória,

vidará esforços para que os recursos sejam devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2021, afirma a pasta.

O ministério discute internamente a possibilidade de um remanejamento orçamentário de quase R\$ 8 bilhões para os pagamentos neste ano, segundo relatos colhidos pela Folha. O objetivo é ao menos reduzir o passivo total.

Para isso, é discutida uma mudança no projeto de Orçamento de 2021.

O ministério estuda retirar uma trava do texto que limita remanejamentos a até 20% de outras ações para organismos internacionais. Isso permitiria maior poder de remanejamento ao Poder Executivo e ainda aumentaria as chances de serem recebidos recursos de outros órgãos, interessados nos pagamentos por entenderem que a medida beneficiaria as políticas das pastas.

Carlo Cauti, professor de Relações Internacionais do Ibmec, diz que a falta de pagamento é um problema orçamentário que se agravou com o desequilíbrio fiscal a partir de 2015.

"O próprio Itamaraty tem menos recursos do que no passado por causa da crise que o país está vivendo", afirma.

Para o professor, as instituições internacionais tendem a evitar as sanções aos países ao máximo por dependerem dos recursos. Por isso, ele diz que o governo pode contar com isso para postergar suas obrigações.

Um exemplo disso é o próprio NDB, em que o governo brasileiro perdeu apenas parte de seu direito de voto após a inadimplência.

Mesmo assim, Cauti lembra que diferentes países já sofreram sanções pela falta de pagamentos e que a situação pode levar a uma perda de prestígio com efeitos reais. Entre eles, a perda de direito a assentos não permanentes em órgãos globais estratégicos, como o Conselho de Segurança da ONU.

Leia mais sobre o Itamaraty na pág. A11

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofoha.com.br

EUA acordam para o cerco à liberdade de expressão na Índia

Foi preciso um tuíte da cantora Rihanna, com imagens do protesto dos agricultores indianos em Nova Délhi, perguntando: "Por que nós não estamos falando disto?"

New York Times, Atlantic e outros falaram no dia seguinte, concentrando a atenção menos nos agricultores e mais no "temor" de que o primeiro-ministro Narendra Modi esteja adotando um "padrão" antidemocrático — que abrange "sufocar vozes opositoras, bloquear a internet e reprimir jornalistas".

Destaca o caso da plataforma americana Twitter, que suspendeu contas de dezenas de jornalistas por ordem de Modi e, sob críticas, acabou voltando atrás.

O colunista de mídia do NYT chamou a atenção para o fato "incrivelmente importante" de que o governo indiano agora está ameaçando prender funcionários da plataforma por sete anos, se não suspender as contas.

O Twitter poderia "seguir o caminho do TikTok", ou seja, acabar banido da Índia.

TVS BANIDAS Segundo a estatal alemã Deutsche Welle, o presidente da Ucrânia "baniu três emissoras de TV da oposição" pró-russa. E, segundo a estatal qatari Al Jazeera, o governo britânico, que já havia tirado do ar a estatal iraniana PressTV, tirou agora a estatal chinesa CGTN. "Pouco depois", o governo chinês fez ameaças à estatal BBC.

AS DEMOCRACIAS DE BIDEN Ao lançar sua política externa nesta quinta (4), segundo o Wall Street Journal, o presidente americano citou como aliados "Canadá, México, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Coreia do Sul e Austrália", mas não a Índia

nem o Brasil. Foi ao anunciar que pretende "reconstruir a força das alianças democráticas que atrofiaram nos últimos anos de negligência e abusos", de Trump.

BIDEN NA CHINA O South China Morning Post destacou, do discurso de Biden, que ele "chamou a China de 'competidor mais sério' dos EUA". Também que prometeu "enfrentar diretamente os desafios colocados" por Pequim à "nossa prosperidade, segurança e valores democráticos". Mais cedo, o SCMP noticiou que o Departamento de Estado dos EUA, em resposta sobre Taiwan, disse que mantém a política de uma só China.



AMÉRICA PRIMEIRO 2

A Atlantic levou à manchete "Estratégia de vacina América Primeiro de Biden", dizendo que ele "reverteu muitas políticas isolacionistas" de Trump, mas até ampliar a primazia sobre as vacinas, decretada em dezembro; longe de apoiar uma distribuição mais equitativa em todo o mundo, os EUA sob Biden continuam a miná-la, crítico

1,4 milhão não sacou auxílio emergencial

R\$ 1,3 bilhão foi devolvido aos cofres públicos

05/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Cerca de 1,4 milhão de pessoas não movimentaram os recursos do auxílio emergencial, e R\$ 1,3 bilhão foi devolvido aos cofres públicos.

O prazo para movimentar o dinheiro a partir do crédito na conta social digital é de 90 dias, de acordo com o decreto do ano passado que regulamentou o benefício. No caso dos beneficiários do Bolsa Família que receberam o auxílio, o prazo foi de 270 dias.

O Ministério da Cidadania explicou que, ao longo de 2021, ainda serão realizados pagamentos resultantes de contestações de benefícios negados e que forem considerados elegíveis. O governo também está fazendo reavaliações decorrentes de atualização da base de dados. No dia 28 de janeiro, já houve um pagamento de auxílios após essas análises e revisões.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

A volta do auxílio voltou a ser tema de discussão dentro do governo Jair Bolsonaro e nas discussões com o Congresso Nacional.

Os novos presidentes da Câmara e do Senado já anunciaram que pretendem discutir um auxílio emergencial dentro dos limites do teto de gastos. Se essa definição for adiante, porém, é dado como certo que o alcance do programa será bem menor do que foi ao longo do ano passado, mesmo em sua segunda fase, quando estava sendo pago metade do valor inicial para um universo de 56 milhões de pessoas.

Com um eventual auxílio, o governo teria que fazer um corte de alguns bilhões de despesas para conseguir se manter dentro das regras. Com R\$ 300 e sendo pago para cerca de 56 milhões de pessoas, o custo da política oscilou na faixa de R\$ 20 bilhões por mês (incluindo o orçamento do Bolsa Família nessa conta) em novembro e dezembro, segundo estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI). **(Com Agência Brasil)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

Combustível volta à pauta de Bolsonaro

Presidente se reúne hoje com ministros para discutir medidas que possam diminuir preço

Por Matheus Schuch — De Brasília

05/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro conduzirá reunião no Palácio do Planalto, hoje, para discutir medidas que possam diminuir o valor final dos combustíveis. Em evento no Paraná, ontem, o presidente disse que a composição dos preços precisa ser transparente, criticou o que chama de “falta de previsibilidade” sobre a cobrança de ICMS e voltou a reclamar da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que uma diminuição de arrecadação tem de ser compensada com outra fonte de receita.

Ele voltou ao tema à noite durante sua live semanal.

Disse que gostaria que o Congresso aprovasse lei dizendo que o ICMS vai incidir sobre preço do diesel na refinaria ou que tenha valor fixo. “Estou disposto a buscar maneira de zerar PIS/Cofins [do diesel], mas apelo aos governadores por valor fixo do ICMS”, disse. Bolsonaro também saiu em defesa da Petrobras, mas questionou a política de preços e seu futuro como estatal. “Petrobras é uma empresa importante, tem que ser privatizada ou não? Qual a sua opinião?” Depois disse que está previsto um novo reajuste no combustível. “É justo?”

Na agenda do encontro marcado para a manhã de hoje estão previstas as presenças dos ministros Paulo Guedes (Economia), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Braga Netto (Casa Civil) e Luiz

Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), além do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Mesmo com a baixa adesão de caminhoneiros à greve convocada por parte da categoria, Bolsonaro segue pressionado a tomar providências sobre o custo do frete, influenciado em grande parte pelo preço do diesel.

“Tem um assunto de extrema importância para todos nós que devemos resolver. Tem a ver com caminhoneiros, os taxistas, Uber e vocês que têm carro particular. Convocamos todos amanhã [nesta sexta] para esta reunião”, anunciou, durante evento em Cascavel (Paraná) para inauguração de um centro de treinamento de atletismo. Após a cerimônia, o presidente correu em uma pista ao lado do presidente da Caixa, Pedro Guimarães e membros da comitiva.

Bolsonaro já havia sinalizado, na tentativa de desmobilizar as ameaças de greve, a possibilidade de reduzir o percentual a título de PIS/Cofins sobre o diesel. No discurso de ontem, centrou críticas ao imposto estadual.

Sem entrar em detalhes, Bolsonaro voltou a citar a obrigatoriedade de se achar uma fonte de receita para compensar qualquer redução de impostos. Na semana passada, chegou a dizer que proporia a Guedes que a reforma tributária retire esta exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente também agradeceu aos caminhoneiros pela “não adesão à greve”. Disse que, somada à pandemia, ela criaria problemas ao país.

A passagem de Bolsonaro pelo Sul teve clima de campanha eleitoral, com discursos inflamados em Cascavel e também em Florianópolis, onde entregou automóveis para assistência social. Na contramão dos acordos com partidos do Centrão que garantiram a eleição de seus candidatos às presidências da Câmara e do Senado, Bolsonaro disse que não ter liberdade para escolher seus ministros é o “caminho certo para o fracasso”.

Nos bastidores, o presidente prometeu ampliar o número de cargos para indicados de integrantes do bloco, inclusive no primeiro escalão do governo.

Na disputa na Câmara, Bolsonaro se envolveu diretamente para a eleição de Arthur Lira (PP-AL), um dos líderes do Centrão e réu por corrupção e outros crimes de colarinho branco em ações no Supremo Tribunal Federal.

Na cerimônia, o presidente também citou convites para retornar ao PP: “O bom filho à casa torna, quem sabe?”.

Além de priorizar a pauta econômica, o presidente pretende utilizar o bom clima com o Congresso para aprovar sua pauta comportamental. Aclamado pela plateia paranaense, ontem, ele prometeu editar na semana que vem mais três decretos sobre armas de fogo e garantiu ter acordo para votar o excludente de ilicitude para casos em que policiais ou militares das Forças Armadas se envolvem em mortes durante operações.

“Semana que vem vamos baixar mais três decretos sobre armas e CACs [categoria que reúne colecionadores, atiradores e caçadores]”, afirmou. “A arma evita que um presidente de plantão queira se ditador. Eu não tenho problema em estar ao lado do povo de bem armado.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

Falta de aprovação barra recursos da Lei Kandir

Estados e municípios deixam de receber R\$ 332 milhões

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

05/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Por falta de aprovação do Orçamento federal para 2021, R\$ 332,3 milhões em recursos referentes à recomposição por perdas ocasionadas pela Lei Kandir deixaram de ser pagos a Estados, municípios e ao Distrito Federal em janeiro.

O problema pode se repetir neste mês caso a proposta orçamentária não seja votada - a expectativa dos novos presidentes da Câmara e do Senado é que a aprovação ocorra até março.

Ao todo, Estados, municípios e o Distrito Federal têm R\$ 4 bilhões a receber neste ano, conforme previsto na Lei Complementar 176, sancionada em dezembro do ano passado. Um quarto desses recursos está destinado aos municípios, e o restante, para Estados e Distrito Federal.

A Lei Kandir, de 1996, estabeleceu a isenção do pagamento de ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Apesar de o ICMS ser um tributo estadual, 25% da arrecadação do imposto é repassada aos municípios.

A Lei Complementar 176 estipula o pagamento das compensações em 12 parcelas mensais de igual valor. Na prática, isso significa que, se uma nova parcela deixar de ser paga neste mês, o total de pendências chegaria a quase R\$ 665 milhões, valor referente a duas parcelas.

“Está combinado, a primeira parcela que for paga vai ter de incluir os atrasados todos de uma só vez”, diz o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi.

Ele conta que discutiu o tema nesta semana com representantes da Secretaria de Governo e do Ministério da Economia. “Eles me garantiram que vão pagar assim que for votado o Orçamento”, acrescenta. Aroldi acredita que a votação acontecerá ainda neste mês.

Secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Gilberto Perre considera “preocupante” o atraso na votação da peça orçamentária. “É algo que coloca em xeque a programação financeira dos municípios”, sustenta Perre.

Perre argumenta que o fluxo de caixa das prefeituras já está “altamente tensionado” em função da crise econômica gerada pela covid-19. E, também, de despesas com saúde, transporte e educação, que devem aumentar com o fim da pandemia. “[O atraso no pagamento da parcela] insere um ingrediente de imprevisibilidade. Claro que isso gera dificuldades para as prefeituras”, afirma Perre.

O Ministério da Economia esclareceu por meio de sua assessoria de imprensa que, de cada parcela mensal de aproximadamente R\$ 332,3 milhões, R\$ 250 milhões são destinados aos Estados e ao Distrito Federal. O valor restante vai para os municípios. “A transferência será feita assim que a situação de autorização orçamentária for regularizada”, informou a pasta por e-mail.

No ano passado, o montante total de R\$ 4 bilhões foi pago de uma só vez, lembra Aroldi, da CNM. Segundo ele, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) feitos pela União em janeiro, somados, ficaram abaixo do previsto, o que gerou preocupação entre os prefeitos.

Ao todo, a União vai desembolsar R\$ 58 bilhões até 2037 para recompor perdas ocasionadas pela Lei Kandir. Entre 2020 e 2030 serão entregues R\$ 4 bilhões por ano a Estados, municípios e Distrito Federal. Já no período de 2031 a 2037, esse montante será reduzido progressivamente em R\$ 500 milhões a cada ano, conforme determinado na Lei Complementar 176.

Pacheco e Lira vão a Guedes para negociar auxílio

Ministro acenou com a possibilidade de serem tomadas medidas para a população economicamente mais vulnerável

Por Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

05/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os novos presidentes do Senado e da Câmara, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e deputado Arthur Lira (PP-AL), procuraram ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o objetivo de construir uma agenda que concilie a necessidade de assistir a população que deixou de receber o auxílio emergencial com a responsabilidade fiscal. No fim do dia, Guedes fez um breve aceno à possibilidade de serem tomadas medidas para a população economicamente mais vulnerável, mas sem dar detalhes.

Pacheco e Lira reuniram-se pela manhã para tratar da reforma tributária e, depois do encontro, o presidente do Senado afirmou que havia conversado mais cedo com Guedes por telefone. Contou ter pedido uma reunião com o chefe da equipe econômica para que ele e Lira comecem a discutir com o ministro “a compatibilização da necessidade de ter assistência social com a responsabilidade fiscal”.

Mais tarde, confirmou que o encontro deveria ocorrer às 18h e que o tema central seria o auxílio emergencial. “Este é o assunto do momento”, disse Pacheco, que acabou adiando sua ida ao Ministério da Economia em razão de votações que ocorriam no plenário do Senado no mesmo horário.

O presidente da Câmara, no entanto, manteve o compromisso. “Estou parabenizando o deputado Arthur Lira. Foi uma vitória expressiva, importante, que nos deixa esperançosos e até confiantes na retomada da agenda de reformas. Vamos trabalhar juntos. Estamos 100% à disposição do Congresso para trabalharmos juntos”, afirmou Guedes ao lado de Lira, depois do encontro.

O ministro pontuou que o governo agora avalia estar preparado para lidar com a pandemia. “Já temos o protocolo de enfrentamento da crise e o Brasil demonstrou capacidade de se ajustar. A economia voltou em V, digitalizamos 64 milhões de brasileiros, ajudamos a proteger. Terminamos o ano criando. Se a pandemia nos ameaçar, sabemos como reagir”, afirmou. “A saúde e economia andam juntas. Vacinação em massa, proteção aos mais vulneráveis. Há medidas que não têm efeito fiscal, como antecipação para os mais frágeis, idosos, antecipação do décimo terceiro, enquanto retomamos as reformas, PEC do pacto federativo, independência do Banco Central, reforma administrativa. Estamos retomando essas agendas em perfeita harmonia.”

Lira procurou seguir a mesma linha de harmonia. “Temos boas notícias, o governo está com tudo programado, já tem a receita de como combater os efeitos da pandemia. Estaremos à disposição com muito diálogo. Estamos absolutamente sintonizados com o ministério e a agenda das reformas”, destacou o deputado.

Mais cedo, Lira reiterou que ele e Pacheco querem avançar com reforma administrativa e PEC Emergencial o mais rápido possível. O presidente da Câmara disse que comissões da Casa serão instaladas apenas após o carnaval e que não vê dificuldades para a tramitação de propostas de emendas constitucionais (PECs).

Já o senador do DEM confirmou a expectativa de instalar a Comissão Mista de Orçamento (CMO) na terça-feira, mas ponderou que “depende de alinhamento com líderes partidários”. A disputa da eleição da mesa entre dois grupos impediu que a CMO fosse instalada no ano passado.

Pandemia ‘força’ brasileiro a empreender e abertura de empresas bate recorde

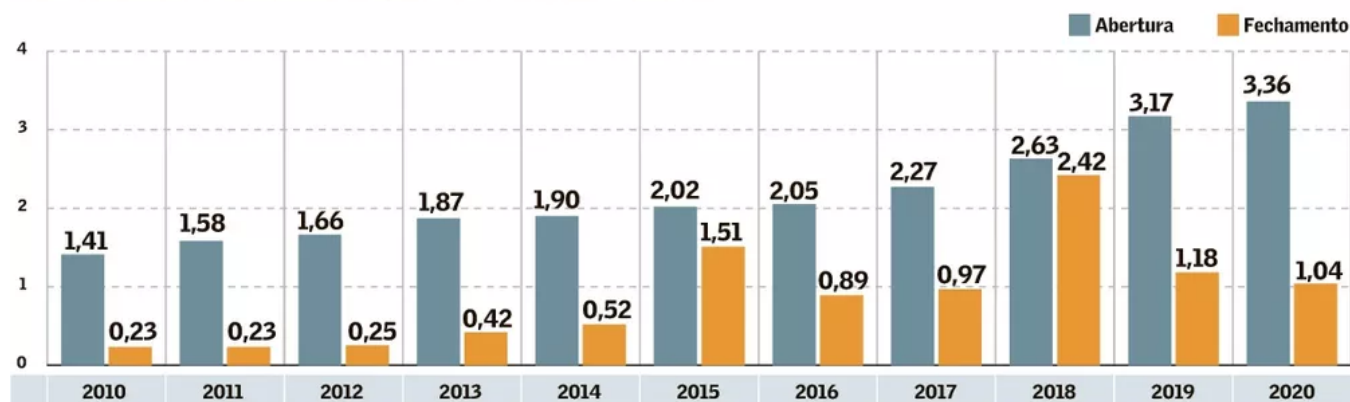
MEIs dominam novos negócios, impulsionados pela necessidade de renda trazida pela isolamento social

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

05/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Recorde

Abertura e fechamento de empresas no Brasil (milhões)



País de micros

Tipos de empresas em atividade - 2020

	Empresas ativas	Empresas abertas	Varição em relação a 2019 (%)
Geral	19.907.773	3.359.750	6
Empresário individual (incluindo MEI)	14.365.547	2.836.670	4,9
Sociedade empresária limitada	4.238.155	400.312	39,5
Empresa individual de responsabilidade limitada	1.046.712	105.506	-32,9
Sociedade anônima	165.119	10.533	-4,8
Cooperativa	33.451	1.985	-19,7
Demais	58.749	4.744	-14,6

Fonte: Ministério da Economia

Em plena pandemia, o Brasil registrou um recorde no número de novas empresas abertas e no saldo de empresas em atividade, aponta o boletim Mapa de Empresas, divulgado pelo Ministério da Economia.

Foram 3,36 milhões de novas empresas abertas, o maior volume registrado desde 2010. Com isso, o estoque chegou a 19,9 milhões, também um recorde. Dados parciais dão conta que, em janeiro, o país atingiu a marca dos 20 milhões de empresas oficialmente em atividade.

Os números mostram ainda que o Brasil é um país de microempresas e microempresários. Ao final do ano passado, eram 14,4 milhões empresas com esse perfil em operação, das quais 2,84 milhões foram criadas no ano passado. Cerca de 77% das empresas abertas em 2020 eram Microempreendedores Individuais (MEIs).

“São evidências de que o Brasil passa por uma crise”, avaliou o coordenador do curso de Economia da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), Joelson Sampaio. “Num período como o que temos vivido, as pessoas que perderam o emprego ou tiveram problemas nos negócios se reinventam.”

Uma fonte da área econômica dá essa mesma explicação. Atribui o movimento ao chamado “empreendedorismo forçado.”

O professor avalia que a perspectiva do mercado de trabalho é melhor neste ano, a depender do sucesso do plano de vacinação e do controle da crise sanitária. A mobilidade, comentou, é o coração da economia.

Há nesse universo um grande número de negócios embrionários, disse o secretário de Governo Digital, Luis Felipe Monteiro. Pessoas optam por abrir MEIs ou microempresas para começar a empreender, principalmente no comércio e nos serviços.

“Quem acaba carregando o país nas costas são os micro e pequenos”, afirmou a subsecretária de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, Antonia Tallarida. Para ela, é correto afirmar que somos um país de microempresas e microempreendedores.

O governo atribui o crescimento no número de empresas às medidas de facilitação para abertura de empresas. Outra explicação é a exigência de formalização para contratar os empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O mapa mostra que a crise também tem afetado o perfil das empresas em operação no Brasil, disse o secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin. No ano passado, o setor que mais concentrou abertura de novas empresas, com 200,7 mil, foi o de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. Foi onde também houve maior número de empresas encerradas, com 73,7 mil.

“Há um movimento sendo captado, de substituição de lojas físicas por empresas que só funcionam no ambiente virtual”, disse. “Vestuário, calçados, eletrônicos, objetos para o lar, objetos cuja logística de transporte não seja muito onerosa.” No ano passado, as vendas pelo e-commerce cresceram 40%, informou.

O boletim destaca também que o tempo médio para abertura para abertura de uma empresa no Brasil ficou em 2 dias e 13 horas ao fim de 2020. É uma redução de 8 horas (11,6%) em relação ao segundo quadrimestre de 2020 e de 1 dia e 22 horas (43,0%) na comparação com o fim de 2019.

A implantação do balcão único deverá reduzir o tempo ainda mais e “certamente impactará positivamente a posição do Brasil no próximo ranking Doing Business que retratar essas medidas”, disse Rubin. A meta é reduzir a demora a menos de um dia.

O Balcão Único reúne quatro diferentes portais e sete etapas do processo de abertura das empresas. Começou a funcionar em São Paulo no último dia 15 e entrará em operação no Rio ainda neste mês. Essas são as duas praças pesquisadas pelo Banco Mundial para elaborar o ranking Doing Business.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

Reforma e fiscal são essenciais para nota do Brasil, diz Fitch

Para diretora da agência, se houver prorrogação do auxílio emergencial, o déficit orçamentário obviamente vai subir

Por **Álvaro Campos** — De São Paulo

05/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Shelly Shetty: credibilidade fiscal e reformas para mudar perspectiva negativa — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A codiretora de ratings soberanos para Américas da Fitch, Shelly Shetty, afirmou que manter a credibilidade fiscal e avançar com as reformas estruturais é algo essencial para alterar a perspectiva negativa atribuída para o rating “BB-” do Brasil em maio do ano passado.

“Nossas projeções são de dramática redução do déficit orçamentário, para 7% do PIB este ano [de 14% em 2020], e elas incorporam a retirada integral dos estímulos fiscais e manutenção do teto de gastos”, comentou Shetty, ontem em webinar realizada pela agência sobre as perspectivas para os países da América Latina este ano.

Segundo ela, se houver prorrogação do auxílio emergencial, o déficit orçamentário obviamente vai subir e seria preciso ver como o governo incorpora isso dentro do teto de gastos. Ou seja, se o teto seria flexibilizado, se haveria medidas compensatórias ou se a lei de calamidade seria estendida, permitindo o descumprimento total do teto este ano.

“Há várias opções para a flexibilização do teto. Dependendo das ações adotadas pelo governo, teríamos de avaliar”, comentou a diretora da Fitch. Segundo ela, em um caso de descontrole fiscal, o BC poderia ser obrigado a subir mais os juros, a confiança do mercado seria afetada e isso tudo impactaria a recuperação da economia.

Sobre as novas lideranças no Congresso, com a eleição de Arthur Lira na Câmara e Rodrigo Pacheco no Senado, Shetty diz que é preciso ver como será a nova dinâmica entre o Executivo e o Legislativo. “Se essas novas lideranças tiverem espaço para avançar com as reformas, isso pode ajudar a estabilizar a perspectiva do rating, mas há muita incerteza”, comentou, lembrando que a dinâmica política é muito fluida no Brasil e que existem interesses particulares em jogo, o que pode atrasar o avanço desses projetos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

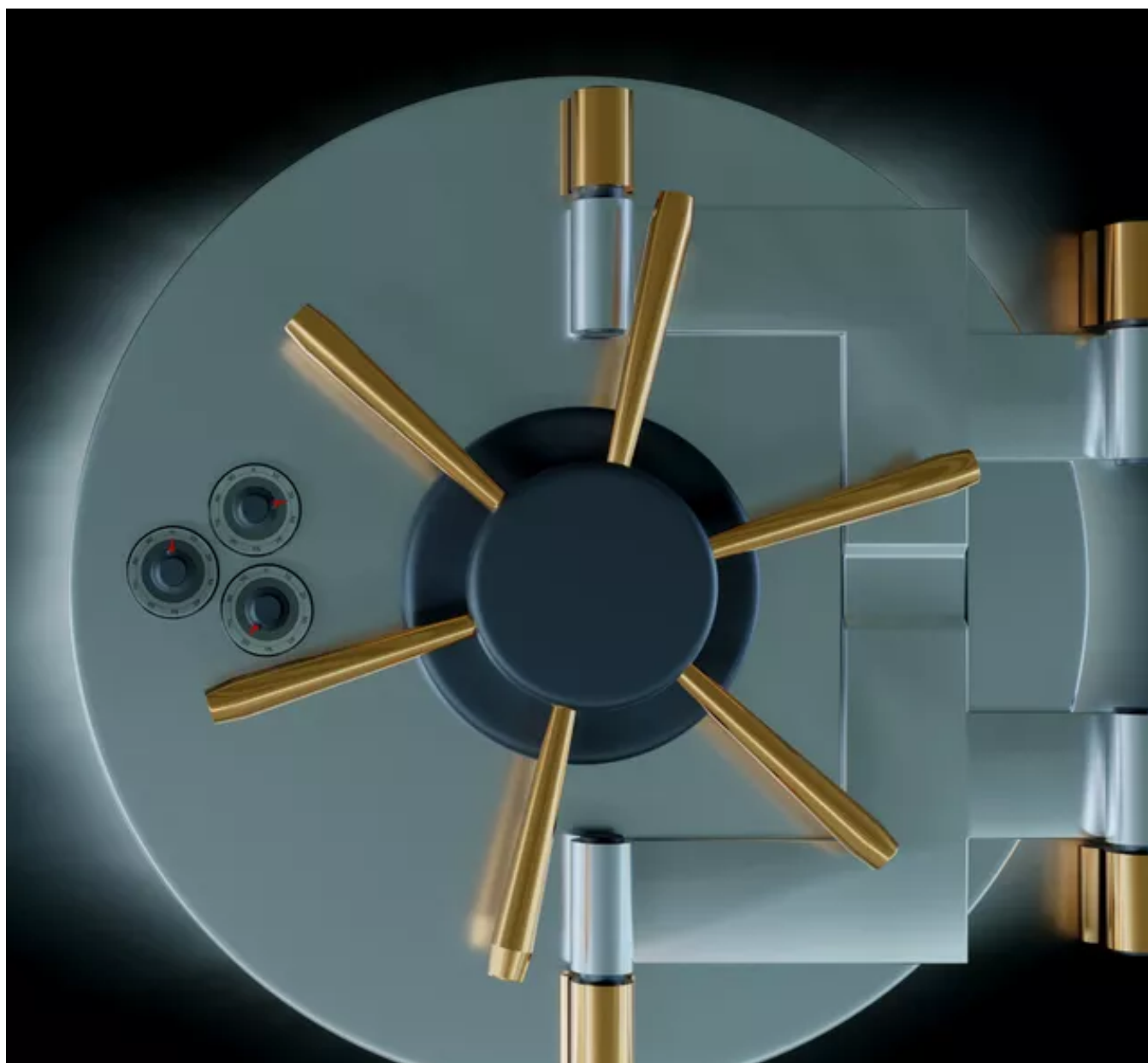
QUALICORP

Um possível caminho para a tributação de dividendos

Regime de imposto pelo lucro presumido causa distorções no sistema de tributação e poderia ser extinto

Por Dalton Dallazem

05/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



O maior desafio à frente do Ministério da Economia no tema relativo ao retorno da tributação de dividendos é o equacionamento da arrecadação. Não há dúvida de que essa tributação, de fato, retornará com a reforma tributária em tramitação no Congresso. Resta saber como fará o governo para não diminuir a tão necessária arrecadação em tempos de pandemia e, ao mesmo tempo, não aumentar impostos de modo a desagradar a sociedade empresarial.

As empresas, à exceção das que são optantes pelo chamado Simples nacional, pagam um imposto sobre a renda a uma alíquota total de 34% considerando o imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro. No ano de 2019, a arrecadação total com esses dois tributos foi de R\$ 260 bilhões. Além de os dados de 2020 não estarem ainda disponíveis na Receita Federal, para fins estatísticos esse ano pode trazer distorções em decorrência da pandemia, portanto fiquemos com 2019. A arrecadação com o imposto de renda das pessoas físicas nesse ano foi, por sua vez, de R\$ 40 bilhões.

Para empresas que faturam até R\$ 78 mi não haveria imposto na pessoa jurídica, só sobre a pessoa física

Não há como desprezar, por conseguinte, a importância do IRPJ e da CSLL no bolo arrecadatório da União Federal. Ou seja, uma diminuição de 10% na alíquota desses tributos representaria algo em torno de R\$ 76 bilhões.

Em paralelo, no debate sobre o retorno da tributação de dividendos, diversas vezes da sociedade, principalmente as que representam os empresários, têm proclamado que não aceitam um aumento de carga tributária. Logo, o que deveria acontecer seria uma “transferência de carga tributária” das empresas para as pessoas físicas dos sócios ou acionistas quando da distribuição de dividendos.

Mas como operacionalizar isso sem comprometer a arrecadação e sem aumentar a carga tributária total?

Pois bem.

Antes de demonstrar a ideia, é necessário recapitular os modelos de tributação da renda das pessoas jurídicas previstos na legislação brasileira. Basicamente, temos três regimes: lucro real, lucro presumido e Simples nacional.

Pelo regime de lucro real, a empresa apura o lucro contábil e, a partir dele, registra adições e exclusões a este lucro contábil para chegar ao lucro fiscal (lucro real). Estão obrigadas ao regime de lucro real as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões, bem como outros segmentos selecionados da atividade econômica, como por exemplo bancos e seguradoras.

O regime de lucro presumido, como o nome sugere, permite a um grande número de pessoas jurídicas que faturam até R\$ 78 milhões por ano aplicar, sobre a receita bruta, um percentual de presunção, que será o “lucro presumido”. Trata-se de regime opcional para as pessoas jurídicas não obrigadas à adoção do regime de lucro real.

O chamado Simples nacional aplica-se às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas aquelas com faturamento anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões. As alíquotas aplicáveis ao regime abrangem vários tributos, inclusive IRPJ e CSLL, e conferem uma carga tributária mais favorável a essas empresas se comparada ao lucro presumido e, frequentemente, ao lucro real.

As pessoas físicas são tributadas com bases em alíquotas progressivas que vão de 7,5% a 27,5%.

Dito isso, temos que se a alíquota incidente sobre a distribuição de dividendos fosse um percentual fixo de 10%, a soma das alíquotas do IRPJ e da CSLL deveria ser reduzida para 24%. Para os sócios ou acionistas das empresas submetidas ao lucro real, poder-se-ia estabelecer que a tributação de 10% recairia sobre a parcela do lucro “real” que for distribuído. A parcela do lucro “contábil” distribuída que exceder a esta parcela do lucro “real” permaneceria isenta.

Essa proposta, em tese, proporcionaria ao mesmo tempo a manutenção da arrecadação e da carga tributária total. É claro que pode haver distorções pontuais, como por exemplo a decisão por não distribuir ou distribuir parcialmente os dividendos, mas para fins do debate aqui proposto penso que o raciocínio é válido.

A mesma ideia seria aplicável aos sócios e acionistas optantes pelo lucro presumido. A parcela do lucro presumido que for distribuída seria tributada à alíquota de 10% e o restante da distribuição permaneceria isento.

Quanto ao Simples nacional, dada a previsão constitucional de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, as regras permaneceriam as mesmas, podendo-se estabelecer a continuidade da isenção na distribuição de dividendos, ou condicioná-la a um certo limite.

Penso que a alíquota total de 24% para o IRPJ e à CSLL seria adequada porque estaria em consonância com a média das alíquotas vigentes entre os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), da qual o Brasil pretende fazer parte. E a tributação de dividendos também é ponto comum entre os países membros da entidade.

Deve-se refletir, ainda, sobre a extinção do lucro presumido. Como contribuintes optantes, agradecemos, mas o regime causa distorções para o sistema de tributação da renda. Talvez seja melhor adotar a ideia que já expressamos alhures no sentido de se adotar uma tributação da renda semelhante ao sistema americano. Em síntese, para as empresas que faturam até R\$ 78 milhões por ano, não haveria tributação da renda na pessoa jurídica e toda tributação recairia sobre a pessoa física dos sócios, aplicando-se as alíquotas progressivas vigentes para todas as pessoas físicas.

Novamente trago meditações para o debate. Julgo importante que a sociedade empresária seja ouvida, mas é importante que ela também dele participe.

Em que as ideias aqui apresentadas mudam a circunstância atual? Do ponto de vista tributário e arrecadatário, provavelmente muito pouco, o que em tese agradaria, por ora, gregos e troianos. Do ponto de vista econômico, pode impulsionar decisões de

investimento, principalmente nas empresas optantes pelo lucro real. Ao invés de distribuir todo o lucro real (que seria tributado à alíquota de 10%), parte (ou até mesmo todo ele) seria reinvestido no negócio. Do ponto de vista político, um horizonte com esse viés, aliado a reformas que proporcionem a correta aplicação do dinheiro público e o combate à corrupção, pode ser o caminho para que este ou qualquer outro governo adquira credibilidade e legitimidade para, no futuro, quem sabe, propor - e não encontrar rejeição - a tributação dos dividendos aplicando-se alíquotas progressivas ao invés de uma alíquota fixa. E quem sabe o fim do lucro presumido.

Dalton Dallazem é especialista em tributação internacional, doutor (S.J.D) em tributação internacional pela University of Florida (EUA) e sócio fundador da Perin & Dallazem Advogados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO